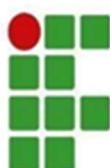


RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

ANO DE REFERÊNCIA: 2022



INSTITUTO FEDERAL
Goiás



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica



Agosto, 2024



Reitoria do IFG

Reitor

Oneida Cristina Gomes Barcelos Irigon

Diretoria Executiva

Tauã Carvalho de Assis

Pró-Reitoria de Administração

Diego Silva Xavier

Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional

Sandra Abadia Ferreira

Pró-Reitoria de Ensino

Maria Valeska Lopes Viana

Pró-Reitoria de Extensão

Willian Batista dos Santos

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Lorena Pereira de Souza Rosa



Diretores Gerais dos Câmpus

Câmpus Águas Lindas

Tiago Gomes de Araújo

Câmpus Anápolis

Kátia Cilene Costa Fernandes

Câmpus Aparecida de Goiânia

Eduardo de Carvalho Rezende

Câmpus Cidade de Goiás

Sandro Ramos de Lima

Câmpus Formosa

Thiago Gonçalves Dias

Câmpus Goiânia

Adriana dos Reis Ferreira

Câmpus Goiânia Oeste

Cleberon Pereira Arruda

Câmpus Inhumas

Luciano dos Santos

Câmpus Itumbiara

Marcos Antônio Arantes de Freitas

Câmpus Jataí

Ruberley Rodrigues de Souza

Câmpus Luziânia

Reinaldo de Lima Reis Júnior

Câmpus Senador Canedo

Maria Betânia Gondim da Costa

Câmpus Uruaçu

Andreia Alves do Prado

Câmpus Valparaíso

Reginaldo Dias dos Santos



Equipe Comissão Provisória Central da CPA - Relatório 2022

PORTARIA Nº 1009 - REITORIA/IFG, DE 06 DE MAIO DE 2024

Alessandro da Costa
Representante Docente
Coordenador

Diego Veloso Gomes
Representante Docente

Daniel Rosa Canedo
Representante Docente

Manoel Lucas da Silva
Representante Docente

Natalia Arantes Andrade Avelar
Representante Técnico-Administrativo

Samuel Hilário Rodrigues
Representante Técnico-Administrativo

Rafaela Nunes Cirqueira Mota
Representante Discente

Andreza Sousa da Silva
Representante Discente

Valéria Pedro da Silva
Representante Discente

Alexandre Francisco Gomes Barbosa
Representante Discente

Regina Lúcia de Deus
Representante Discente

Maria Euzébia de Lima
Sociedade Civil

Ludmylla da Silva Morais

Sociedade Civil

Ariston Alves Afonso
Sociedade Civil

Maria do Socorro Almeida Nascimento
Sociedade Civil

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEFETs – Centros Federais de Educação Tecnológica
CONAES – Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
CONSUP – Conselho Superior
CONEPEX – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão é o órgão
CPA – Comissão Própria de Avaliação
CPC – Conceito Preliminar de Curso
CPPD – Comissão Permanente de Pessoal Docente
DAES – Diretoria de Avaliação da Educação Superior
EJA – Educação de Jovens e Adultos
ENADE – Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
IES – Instituições de Educação Superior
IFG – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
IGC – Índice Geral dos Cursos
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MEC – Ministério da Educação
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PEI - Procuradoria Educacional Institucional
PPI – Projeto Pedagógico da Instituição
PROEX – Pró-Reitoria de Extensão
SIC – Serviço de Informação ao Cidadão
TAE – Técnico/a Administrativo/a

LISTA DE QUADROS

<i>Quadro 1 - Avaliações internas e externas</i>	<i>19</i>
<i>Quadro 2 - Eixos e Dimensões do Instrumento de Avaliação Institucional do INEP.....</i>	<i>20</i>
<i>Quadro 3 - Dimensões avaliadas pelo INEP - cursos.....</i>	<i>20</i>
<i>Quadro 4 - Primeira Composição da CPA Central IFG em 2023 - Relatório 2022</i>	<i>25</i>
<i>Quadro 5 - Segunda Composição da CPA Central IFG em 2023 - Relatório 2022.....</i>	<i>26</i>
<i>Quadro 6 - Terceira Composição da CPA Central IFG em 2023/2024 - Relatório 2022.....</i>	<i>28</i>
<i>Quadro 7 - Composição das Comissões Locais (CPA).....</i>	<i>31</i>
<i>Quadro 8 - Cronograma de execução das atividades de sensibilização, referente aos processos de autoavaliação 2022.....</i>	<i>38</i>

LISTA DE TABELAS

<i>Figura 1 - Quantidade de estudantes matriculados por nível e modalidade</i>	<i>18</i>
<i>Figura 2 - Síntese das notas recebidas pelo IFG nos indicadores de qualidade estabelecidos pelo MEC.....</i>	<i>23</i>
<i>Figura 3 - Participação na Autoavaliação Institucional por segmento da comunidade (2021-2022).....</i>	<i>33</i>
<i>Figura 4 - EIXO 3, DIMENSÃO 2 – A POLÍTICA PARA O ENSINO</i>	<i>44</i>
<i>Figura 5 - EIXO 3, DIMENSÃO 2 – A POLÍTICA PARA A PESQUISA</i>	<i>47</i>
<i>Figura 6 - EIXO 3, DIMENSÃO 2 – POLÍTICAS PARA A EXTENSÃO</i>	<i>50</i>
<i>Figura 7 - EIXO 3, DIMENSÃO 4 - COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE</i>	<i>54</i>
<i>Figura 8 - EIXO 3, DIMENSÃO 9 - POLÍTICA DE ATENDIMENTO AO ESTUDANTE</i>	<i>57</i>
<i>Figura 9 - EIXO 04, DIMENSÃO 5 - POLÍTICAS DE GESTÃO</i>	<i>61</i>
<i>Figura 10 - EIXO 04, DIMENSÃO 6: ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA INSTITUIÇÃO</i>	<i>65</i>
<i>Figura 11 - EIXO 04, DIMENSÃO 10 – SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA</i>	<i>68</i>
<i>Figura 12 - EIXO 5, DIMENSÃO 7 - INFRAESTRUTURA FÍSICA-CÂMPUS.....</i>	<i>72</i>

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. APRESENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	17
2. ATOS REGULATÓRIOS, INDICADORES DE QUALIDADE E AVALIAÇÕES	18
2.1. AVALIAÇÕES EXTERNAS	19
2.1.1. AVALIAÇÃO <i>IN LOCO</i>	19
2.1.1.2.1. ENADE	21
2.1.1.2.2. CPC e IGC:.....	22
2.1.1.3. INDICADORES DE QUALIDADE DO IFG.....	23
2.2. AVALIAÇÃO INTERNA - AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	23
2.2.1. ATUAL COMPOSIÇÃO E COMPETÊNCIAS DA(S) CPA(S) DO IFG	24
2.2.2. EVOLUÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO DO IFG.....	32
2.2.3. SEMINÁRIO DE AUTOAVALIAÇÃO	33
3. METODOLOGIA	33
3.1. DELINEAMENTO DO ESTUDO	34
3.2. INSTRUMENTOS E TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS	35
3.2.1. QUESTIONÁRIOS.....	35
3.2.2. DEFINIÇÃO DA POPULAÇÃO DA PESQUISA.....	36
3.3. ESCALAS, CRITÉRIOS DE ANÁLISE DOS RESULTADOS E INDICADORES ...	36
4. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES	38
5. AUTOAVALIAÇÃO 2022: RESULTADOS, ANÁLISES E SUGESTÕES DECORRENTES DA AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	41
5.1. EIXO 3: POLÍTICAS ACADÊMICAS	41
5.1.1. EIXO 3, DIMENSÃO 2 – A POLÍTICA PARA O ENSINO	42
5.1.2. EIXO 3, DIMENSÃO 2 – A POLÍTICA PARA A PESQUISA	45
5.1.3. EIXO 3, DIMENSÃO 2 – POLÍTICAS PARA A EXTENSÃO	48
5.1.4. EIXO 3, DIMENSÃO 4 - COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE	52
5.1.5. EIXO 3, DIMENSÃO 9 - POLÍTICA DE ATENDIMENTO AO ESTUDANTE	55
5.2. EIXO 4: POLÍTICAS DE GESTÃO	58
5.2.1. EIXO 4, DIMENSÃO 5: POLÍTICAS DE PESSOAL	58
5.2.2. EIXO 04, DIMENSÃO 6: ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA INSTITUIÇÃO ...	63

5.2.3. EIXO 04, DIMENSÃO 10 – SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA.....	67
5.3. EIXO 5: INFRAESTRUTURA	69
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	74
REFERÊNCIAS	78

INTRODUÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) reconhece a Autoavaliação Institucional como um importante e permanente processo de análise das suas ações. Junto às avaliações externas e ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), a autoavaliação contribui para o desenvolvimento e o aperfeiçoamento contínuo da qualidade da Instituição, e deve ser vista como um processo de autoconhecimento e prestação de contas a ser conduzido pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), envolvendo toda a comunidade.

Instituída pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), a partir da Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004, a Autoavaliação Institucional tem entre seus objetivos produzir conhecimentos, identificar causas de problemas ou deficiências, subsidiar a tomada de decisão da Instituição, melhorar a qualidade da educação superior e, acima de tudo, prestar contas à sociedade.

A Autoavaliação Institucional possui natureza tanto formativa quanto emancipatória. Através da sua realização, a Instituição tem uma visão mais robusta a respeito das atividades e ações acadêmicas e administrativas. Esse processo é anualmente consolidado por meio de Relatórios de Autoavaliação Institucional, cuja finalidade é sistematizar e levar ao conhecimento da comunidade os resultados obtidos, fomentar a cultura de avaliação institucional, prestar contas, impulsionar a promoção de melhorias na Instituição e subsidiar os processos de avaliação externa.

O processo de autoavaliação 2022 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás foi conduzido a partir do Plano de Autoavaliação Institucional dos anos anteriores, selecionando pontos que podem contribuir no estabelecimento dos objetivos, métodos e prazos para a fortalecimento da cultura de autoavaliação e desenvolvimento institucional planejado.

A autoavaliação do ano 2022 abrange 3 eixos e suas dimensões do Plano de Desenvolvimento Instrucional, previstas no art. 3º da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004: o eixo 3 (dimensão II, IV e IX), eixo 4 (dimensões V, VI e X) e eixo 5 (dimensão VII):

Dimensão II – a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;

Dimensão IV – a comunicação com a sociedade;

Dimensão V – as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;

Dimensão VI – organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;

Dimensão VII – infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;

Dimensão IX – políticas de atendimento aos estudantes;

Dimensão X – sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

O Relatório está estruturado conforme proposta de roteiro da Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 65/2014 e apresenta a seguinte estrutura:

1. Apresentação da Instituição: apresenta um breve histórico da Instituição e sua atual estrutura;
2. Atos regulatórios da Educação Superior: contextualiza o leitor a respeito dos atos regulatórios estabelecidos na Portaria nº 40 de 2007, atualizada em 2010;
3. Consolidação do processo de autoavaliação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás: expõe a trajetória do processo de autoavaliação da Instituição.
4. Metodologia: apresenta métodos e etapas da condução da autoavaliação institucional do ano 2022, tais como: delineamento do estudo, instrumentos e técnicas de coleta de dados, definição da população de pesquisa, escalas e critérios de análise.
5. Resultados, análises e sugestões: nesta seção é apresentado ao leitor, os resultados da pesquisa de autoavaliação, as análises dos resultados e as propostas de melhorias ao IFG.
6. Desafios para os próximos processos de autoavaliação.

O Relatório de Autoavaliação visa fomentar a cultura de avaliação institucional e é compreendido de forma substancial, e não só como mero procedimento burocrático ou movimento de avaliar por avaliar. O presente Relatório busca contribuir efetivamente para promoção de melhorias na Instituição por meio da disponibilização dos dados, análises e sugestões da CPA para os agentes envolvidos nos processos deliberativos, de modo que as

políticas institucionais sejam cada vez mais assertivas. Além disso, busca permitir uma visão geral das atividades desenvolvidas, das condições de trabalho e dos resultados obtidos nas diferentes ações desenvolvidas, permitindo avaliação das metas definidas no Planejamento Institucional do IFG.

Os resultados da autoavaliação do Instituto Federal de Goiás referente ao ano de 2022, presentes neste relatório, serão discutidos junto à gestão do IFG e amplamente divulgados no site oficial e em eventos institucionais para a comunidade acadêmica. A CPA do IFG reconhece que o processo de autoavaliação é de extrema importância, e reforça que ele deve ser articulado às demais ações do IFG, de forma contínua, reforçando que suas ações devem ser institucionalizadas, de modo a garantir progresso seguro e consistente à sua trajetória.

1. APRESENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

A Lei Federal nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, transformou os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia são autarquias federais com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

Atualmente, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás conta com aproximadamente, 21.101 estudantes matriculados em seus 14 Câmpus: Águas Lindas, Anápolis, Aparecida de Goiânia, Cidade de Goiás, Formosa, Goiânia, Goiânia Oeste, Inhumas, Itumbiara, Jataí, Luziânia, Senador Canedo, Uruaçu e Valparaíso.

A Instituição oferece desde a educação básica, com ênfase no ensino técnico integrado ao ensino médio, à pós-graduação *lato e stricto sensu*. Na educação profissional o IFG destina, no mínimo, 50% de suas vagas aos cursos técnicos integrados ao ensino médio, dentre as quais inclui vagas para a educação de jovens e adultos, e educação profissional subsequente. Na educação superior, a Instituição oferta, no mínimo, 20% de suas vagas para cursos de licenciatura e formação de professores. Oferece, ainda, graduação em tecnologia e bacharelado. Além disso, possui programas de pós-graduação a nível de especialização e mestrado. Atendendo ao tripé ensino, pesquisa e extensão, oferta cursos de formação profissional de trabalhadores e da comunidade, de Formação Inicial e Continuada (FIC), na metodologia presencial e à distância.

A Tabela 1 esquematiza a distribuição da oferta de vagas, pela Instituição, nos diversos Câmpus e modalidades:

Figura 1 - Quantidade de estudantes matriculados por nível e modalidade

MODALIDADE	Soma de Total de Matrículas
Tecnólogo	545
Técnico Subsequente	699
Técnico Integrado	5.032
Técnico Concomitante	36
Técnico Integrado – EJA	2.139
Qualificação Profissional (FIC)	2.339
Licenciatura	3.611
Bacharelado	4.989
Especialização (Lato Sensu)	1.472
Mestrado	18
Mestrado Profissional	208
Doutorado	13
Total Geral	21.101

2. ATOS REGULATÓRIOS, INDICADORES DE QUALIDADE E AVALIAÇÕES

Em primeiro lugar é preciso contextualizar o(a) leitor(a) sobre quais são os atos e processos regulatórios que as Instituições de Educação Superior - IES - estão submetidas e o papel das CPAs. Deste modo, tendo em vista a conformidade e a qualidade da oferta de cursos de educação superior no Brasil, o MEC/INEP condiciona o funcionamento das Instituições de Ensino Superior (IES) e a oferta de cursos a atos regulatórios de Credenciamento e Recredenciamento Institucional; Autorização, Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento de Cursos superiores de graduação, disciplinados pela Portaria Normativa MEC nº 40 de 12/12/2007, republicada no D.O.U. em 29/12/2010 e, o Decreto 5.773 de 09 maio de 2006.

Os processos regulatórios realizados pelo INEP consideram e avaliam as IES a partir de avaliações externas e internas, conforme quadro 02, a seguir:

Quadro 1 - Avaliações internas e externas

Avaliações Externas	Indicadores de Qualidade	Avaliações internas
Avaliações <i>in loco</i> , relacionadas aos processos de Credenciamento Institucional, Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento de Cursos superiores de graduação	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE	Relatórios da Comissão Própria de Avaliação - CPA
	Conceito Preliminar de Curso (CPC), gerado a partir do ENADE e outros insumos.	
	Índice Geral dos Cursos - IGC , gerado a partir dos CPCs e outros insumos.	

2.1. AVALIAÇÕES EXTERNAS

2.1.1. AVALIAÇÃO *IN LOCO*

As avaliações *in loco* compõem os processos regulatórios da educação superior. Tais avaliações são realizadas por comissões do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) em visita à IES, com objetivo de avaliar as instituições, nos processos de credenciamento e recredenciamento, e seus cursos, nos processos de autorização, reconhecimento de curso e renovação de reconhecimento de curso.

O INEP utiliza instrumentos próprios que identificam o perfil institucional por cursos ofertados, atividades, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais.

No Instrumento de Avaliação Institucional do INEP¹, documento norteador das avaliações institucionais, as 10 dimensões do PDI são organizadas em 5 eixos, conforme quadro 03 que segue:

¹ O presente Relatório baseou-se no Instrumento de Avaliação Institucional, versão de 2017, disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/instrumentos/2017/IES_recredenciamento.pdf

Quadro 2 - Eixos e Dimensões do Instrumento de Avaliação Institucional do INEP

EIXOS	DIMENSÕES
Eixo I - Planejamento e Avaliação Institucional	Considera a dimensão 8 (Planejamento e Avaliação) do Sinaes. Inclui também um Relato Institucional que descreve e evidencia os principais elementos do seu processo avaliativo (interno e externo) em relação ao PDI, incluindo os relatórios elaborados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) do período que constituiu o objeto de avaliação.
Eixo II - Desenvolvimento Institucional	Contempla as dimensões 1 (Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional) e 3 (Responsabilidade Social da Instituição) do Sinaes.
Eixo III – Políticas Acadêmicas	Abrange as dimensões 2 (Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão), 4 (Comunicação com a Sociedade) e 9 (Políticas de Atendimento aos Estudantes) do Sinaes.
Eixo IV – Políticas de Gestão	Compreende as dimensões 5 (Políticas de Pessoal), 6 (Organização e Gestão da Instituição) e 10 (Sustentabilidade Financeira) do SINAES.
Eixo V – Infraestrutura Física	Corresponde à dimensão 7 (Infraestrutura Física) do Sinaes.

No âmbito dos cursos, de acordo com o Instrumento de Avaliação dos Cursos de Graduação do INEP², deverão ser avaliadas três dimensões:

Quadro 3 - Dimensões avaliadas pelo INEP - cursos

Dimensão 1	Organização Didático-Pedagógica
Dimensão 2	Corpo docente e tutorial
Dimensão 3	Infraestrutura

² Em outubro de 2017 o INEP publicou a última versão do Instrumento de Avaliação de cursos de graduação, disponível http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2017/curso_reconhecimento.pdf

2.1.1.1. AVALIAÇÕES *IN LOCO* – RECONHECIMENTO E RENOVAÇÃO DE RECONHECIMENTO DOS CURSOS SUPERIORES DO IFG

O reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos superiores do IFG é realizado pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). O processo de reconhecimento/renovação de reconhecimento é executado seguindo um fluxo processual que abrange diversas etapas, sendo a avaliação *in loco* uma delas.

O instrumento utilizado para realizar a avaliação dos cursos é confeccionado pelo Inep com base nas diretrizes estabelecidas pelos órgãos do MEC, abrangendo três dimensões: Organização Didático-Pedagógica, Corpo Docente e Tutorial e Infraestrutura, constante no Processo Pedagógico do Curso – PPC. No final do processo de avaliação a comissão de avaliadores elaboram um relatório apresentando as informações relacionadas à realidade encontrada durante a visita, gerando assim o Conceito de Curso - CC.

O Conceito de Curso – CC, é graduado em cinco níveis, cujos valores iguais ou superiores a três indicam qualidade satisfatória. O cálculo utilizado para determinar o Conceito de Curso considera pesos atribuídos às três dimensões do instrumento de avaliação, sendo: dimensão 1 (Organização Didático-Pedagógica) tem peso 30; a dimensão 2 (Corpo Docente e Tutorial tem peso 40, e a dimensão 3 (Infraestrutura) tem peso 30.

2.1.1.2. INDICADORES DE QUALIDADE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

2.1.1.2.1. ENADE

O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) é um procedimento de avaliação do Sistema de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) que avalia o rendimento dos concluintes dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos e às habilidades e competências adquiridas em sua formação. O Enade é componente curricular obrigatório aos cursos de graduação, conforme [Portaria Normativa MEC nº 840, de 24 de agosto de 2018 - Republicada em 31 de agosto de 2018](#). O Ministério da Educação define anualmente as áreas propostas pela Comissão de Avaliação da Educação Superior (Conaes), órgão colegiado de coordenação e supervisão do Sinaes.

A principal legislação que rege o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - ENADE é a Portaria Normativa MEC nº 40, de 12/12/2007, republicada em 29/12/2010. Porém, a cada edição do ENADE é publicada uma nova portaria normativa, o que gera especificidades

de normas para cada edição. Encontramos, ainda, normatização sobre o ENADE na Lei que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes:

Art. 5º A avaliação do desempenho dos estudantes dos cursos de graduação será realizada mediante aplicação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE.

§ 1º O ENADE aferirá o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento. Curso de capacitação 2014 21

§ 2º O ENADE será aplicado periodicamente, admitida a utilização de procedimentos amostrais, aos alunos de todos os cursos de graduação, ao final do primeiro e do último ano de curso.

§ 3º A periodicidade máxima de aplicação do ENADE aos estudantes de cada curso de graduação será trienal.

§ 4º A aplicação do ENADE será acompanhada de instrumento destinado a levantar o perfil dos estudantes, relevante para a compreensão de seus resultados.

§ 5º O ENADE é componente curricular obrigatório dos cursos de graduação, sendo inscrita no histórico escolar do estudante somente a sua situação regular com relação a essa obrigação, atestada pela sua efetiva participação ou, quando for o caso, dispensa oficial pelo Ministério da Educação, na forma estabelecida em regulamento.

2.1.1.2.2. CPC e IGC:

Conforme Portaria Normativa MEC nº 40:

Art. 33-B São indicadores de qualidade, calculados pelo INEP, com base nos resultados do ENADE e demais insumos constantes das bases de dados do MEC, segundo metodologia própria, aprovada pela CONAES, atendidos os parâmetros da Lei nº 10.861, de 2004:

I - de cursos superiores: o Conceito Preliminar de Curso (CPC), instituído pela Portaria Normativa nº 04, de 05 de agosto de 2008;

II - de instituições de educação superior: o Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC), instituído pela Portaria Normativa nº 12, de 05 de setembro de 2008;

III - de desempenho de estudantes: o conceito obtido a partir dos resultados do ENADE;

§ 1º O CPC será calculado no ano seguinte ao da realização do ENADE de cada área, observado o art. 33-E, com base na avaliação de desempenho de estudantes, corpo docente, infraestrutura, recursos didático-pedagógicos e demais insumos, conforme orientação técnica aprovada pela CONAES.

§ 2º O IGC será calculado anualmente, considerando: I - a média dos últimos CPC's disponíveis dos cursos avaliados da Instituição no ano do cálculo e nos dois anteriores, ponderada pelo número de matrículas em cada um dos cursos computados;

Para os indicadores de qualidade - CPC e IGC - e avaliações *in loco*, serão atribuídos conceitos avaliativos, ordenados em uma escala com 5 (cinco) níveis, onde, conceitos 1 e 2 são considerados insatisfatórios; conceito 3 é considerado satisfatório; conceito 4 é considerado um bom conceito de qualidade e; conceito 5 é considerado um excelente conceito de qualidade.

2.1.1.3. INDICADORES DE QUALIDADE DO IFG

Os indicadores de qualidade dos cursos, ENADE e CPC garantem a visibilidade e transparência da Instituição com a sociedade, além de subsidiar a matriz orçamentária utilizada pelo Ministério da Educação (Mec) para alocação de recursos. A tabela 01 a seguir apresenta estes dois indicadores de qualidade no IFG.

Figura 2 - Síntese das notas recebidas pelo IFG nos indicadores de qualidade estabelecidos pelo MEC

NOTA	ENADE		CPC	
	Quant. de cursos	Proporção	Quant. de cursos	Proporção
2	9	24%	0	0%
3	19	50%	21	51%
4	10	26%	19	46,5%
5	0	0%	1	2,5%

Fonte: site do e-Mec. Acesso dia 05/02/2024.

2.2. AVALIAÇÃO INTERNA - AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Com o objetivo de implantar os processos de avaliação nas instituições de ensino superior, a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e determinou a criação das Comissões Próprias de Avaliação (CPA) como forma de avaliação interna, na qual daremos destaque:

Art. 11. Cada Instituição de ensino superior, pública ou privada, constituirá Comissão Própria de Avaliação - CPA, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta Lei, com as atribuições de condução dos processos de avaliação internos da Instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP, obedecidas as seguintes diretrizes:

I – constituição por ato do dirigente máximo da Instituição de ensino superior, ou por previsão no seu próprio estatuto ou regimento, assegurada a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, e vedada a composição que privilegie a maioria absoluta de um dos segmentos;

II – atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na Instituição de educação superior. (BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004).

O depósito dos relatórios de avaliação institucional no sistema e-MEC³ é uma das principais frentes de trabalho da Comissão Própria de Avaliação. A regularidade dos relatórios é requisito para o prosseguimento do processo de credenciamento da Instituição, conforme regulamentação publicada pelo MEC:

Art. 61-D Será mantido no cadastro e-MEC, junto ao registro da Instituição, campo para inserção de relatório de autoavaliação, validado pela CPA, a ser apresentado até o final de março de cada ano, em versão parcial ou integral, conforme se trate de ano intermediário ou final do ciclo avaliativo. (BRASIL, Ministério da Educação. Portaria Normativa MEC nº 40 de 12/12/2007, republicada no D.O.U. em 29/12/2010).

Em relação à esta responsabilidade primordial da CPA, a Nota Técnica nº 065, de 08/10/2014, da Diretoria de Avaliação da Educação Superior – DAES/INEP estabeleceu prazos e procedimentos para o envio dos relatórios ao MEC:

A partir do ano de referência de 2015 o Relatório de Autoavaliação será submetido anualmente, por meio do Sistema e-MEC, ao longo de um período de três anos. Nos 2 primeiros anos, o relatório deverá ser inserido em sua versão parcial. No terceiro ano, será inserido em sua versão integral.

O relatório 2022 é a segunda etapa para a consolidação do relatório integral, de acordo com o período 2021 a 2023. Segue a distribuição conforme cada etapa:

- até 31 de março de 2021 – 1º relatório parcial
- até 31 de março de 2022 – 2º relatório parcial
- até 31 de março de 2023 – relatório integral.

2.2.1. ATUAL COMPOSIÇÃO E COMPETÊNCIAS DA(S) CPA(S) DO IFG

A CPA no IFG é organizada por uma Comissão Central e Comissões Locais dos Câmpus. As Comissões são constituídas por representantes eleitos, titulares e suplentes, do corpo docente, técnico-administrativo e discentes. A Comissão Central ainda conta com a participação de representantes da sociedade civil, referendados pelo Conselho Superior (CONSUP), e na nova Resolução (Resolução nº 38, de 25 de novembro de 2019) também está previsto a participação da sociedade civil nas Comissões Locais, que serão indicados pelo Concâmpus.

³e-MEC: Sistema eletrônico de tramitação de processos regulatórios da educação superior.

A CPA compreende a autoavaliação institucional como um processo de compromisso coletivo e formativo, de diagnóstico, que tem como objetivos identificar as potencialidades e as fragilidades institucionais e propor melhorias nas suas atividades, cursos, programas, projetos e setores.

Em 2022, foi nomeada uma comissão provisória, designada por portaria, para a coordenação das atividades da CPA Central, em razão de pedidos de desligamento de alguns membros da CPA eleita, instituída pela Portaria nº 1229/2021 - REITORIA/IFG. Fez-se necessário a recomposição de uma nova comissão, nomeada pela Portaria nº 0697 - REITORIA/IFG, de 24 de Março de 2023, com o objetivo de dar continuidade aos trabalhos destinados à CPA, especificamente, na elaboração do Relatório 2022. A portaria nomeia os seguintes membros para comporem a comissão:

Quadro 4 - Primeira Composição da CPA Central IFG em 2023 - Relatório 2022

CPA CENTRAL - PORTARIA Nº 0697 - REITORIA/IFG, DE 24 DE MARÇO DE 2023			
Nome	Câmpus/Instituição	Segmento	Função
Daniel Rosa Canedo	Câmpus Luziânia/Reitoria	Docente	Titular (Coordenador)
Larissa Messias Moraes	Câmpus Luziânia/Reitoria	Docente	Titular
Alcyone Cardoso Novais	Reitoria	Técnico-Administrativo	Titular (Secretária)
Samuel Hilário Rodrigues	Câmpus Cidade de Goiás	Técnico-Administrativo	Titular
Rafaela Nunes Cirqueira Mota	Câmpus Cidade de Goiás	Discente	Titular
Andreza Sousa da Silva	Câmpus Anápolis	Discente	Titular
Valéria Pedro da Silva	Câmpus Goiânia	Discente	Titular

Alexandre Francisco Gomes Barbosa	Câmpus Formosa	Discente	Suplente
Regina Lúcia de Deus	Câmpus Goiânia	Discente	Suplente
Maria Euzébia de Lima	Sociedade Civil	Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás - Sintego	Titular
Ludmylla da Silva Morais	Sociedade Civil	Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás - Sintego	Suplente
Ariston Alves Afonso	Sociedade Civil	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás - CREA	Titular
Maria do Socorro Almeida Nascimento	Sociedade Civil	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás - CREA	Suplente

Após a instituição da nova comissão, primeira recomposição para a continuidade dos trabalhos da CPA Central, foram necessárias outras duas novas recomposições. A segunda veio em novembro de 2023, por intermédio de nova portaria, conforme a tabela abaixo:

Quadro 5 - Segunda Composição da CPA Central IFG em 2023 - Relatório 2022

CPA CENTRAL - PORTARIA Nº 3062 - REITORIA/IFG, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2023			
Nome	Câmpus/Instituição	Segmento	Função
Alessandro da Costa	Câmpus Goiânia Oeste/Reitoria	Docente	Titular (Coordenador)
Daniel Rosa Canedo	Câmpus Luziânia/Reitoria	Docente	Titular

Larissa Messias Moraes	Câmpus Luziânia/Reitoria	Docente	Titular
Natalia Arantes Andrade Avelar	Reitoria	Técnico-Administrativo	Titular
Samuel Hilário Rodrigues	Câmpus Cidade de Goiás	Técnico-Administrativo	Titular
Rafaella Nunes Cirqueira Mota	Câmpus Cidade de Goiás	Discente	Titular
Andreza Sousa da Silva	Câmpus Anápolis	Discente	Titular
Valéria Pedro da Silva	Câmpus Goiânia	Discente	Titular
Alexandre Francisco Gomes Barbosa	Câmpus Formosa	Discente	Suplente
Regina Lúcia de Deus	Câmpus Goiânia	Discente	Suplente
Maria Euzébia de Lima	Sociedade Civil	Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás - Sintego	Titular
Ludmylla da Silva Morais	Sociedade Civil	Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás - Sintego	Suplente
Ariston Alves Afonso	Sociedade Civil	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás - CREA	Titular
Maria do Socorro Almeida Nascimento	Sociedade Civil	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás - CREA	Suplente

A segunda e última recomposição dos membros da CPA Central ocorreu no mês de maio de 2024, também, por nova portaria:

Quadro 6 - Terceira Composição da CPA Central IFG em 2023/2024 - Relatório 2022

CPA CENTRAL - PORTARIA Nº 1009 - REITORIA/IFG, DE 06 DE MAIO DE 2024			
Nome	Câmpus/Instituição	Segmento	Função
Alessandro da Costa	Câmpus Goiânia Oeste/Reitoria	Docente	Titular (Coordenador)
Daniel Rosa Canedo	Câmpus Luziânia/Reitoria	Docente	Titular
Diego Veloso Gomes	Reitoria	Docente	Titular
Manoel Lucas da Silva	Câmpus Luziânia/Reitoria	Docente	Titular
Natalia Arantes Andrade Avelar	Reitoria	Técnico-Administrativo	Titular
Samuel Hilário Rodrigues	Câmpus Cidade de Goiás	Técnico-Administrativo	Titular
Rafaela Nunes Cirqueira Mota	Câmpus Cidade de Goiás	Discente	Titular
Andreza Sousa da Silva	Câmpus Anápolis	Discente	Titular
Valéria Pedro da Silva	Câmpus Goiânia	Discente	Titular
Alexandre Francisco Gomes Barbosa	Câmpus Formosa	Discente	Suplente
Regina Lúcia de Deus	Câmpus Goiânia	Discente	Suplente
Maria Euzébia de Lima	Sociedade Civil	Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás - Sintego	Titular
Ludmylla da Silva Moraes	Sociedade Civil	Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás - Sintego	Suplente
Ariston Alves Afonso	Sociedade Civil	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás - CREA	Titular
Maria do Socorro Almeida Nascimento	Sociedade Civil	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás - CREA	Suplente

De acordo com o Artigo 19 da Resolução nº 38, de 25, de novembro de 2019, as competências da Comissão Própria de Avaliação (Central) são:

- Elaborar o plano de autoavaliação definindo objetivos, metodologias, recursos necessários e calendário das ações avaliativas de âmbito institucional;
- Elaborar e divulgar o cronograma de trabalho da CPA Central com calendário de reuniões;
- Conduzir o processo de autoavaliação institucional;
- Definir os instrumentos e mecanismos que serão utilizados na avaliação institucional, contemplando a análise global e integrada dos fatores que interferem no desempenho institucional;
- Promover a sensibilização da comunidade acadêmica, buscando o seu envolvimento na construção da proposta avaliativa, por meio da realização de reuniões, palestras, seminários e outros;
- Ouvir a comunidade interna no processo de autoavaliação institucional;
- Sistematizar as informações coletadas e elaborar o relatório de autoavaliação institucional, conforme preceitos definidos na legislação e orientado pelo plano de autoavaliação e suas modificações;
- Dar publicidade ao relatório de autoavaliação institucional;
- Fornecer, sempre que solicitado, informações sobre a autoavaliação institucional aos órgãos federais de educação;
- Encaminhar o relatório de autoavaliação para as instâncias responsáveis pelo planejamento institucional;
- Acompanhar, com o apoio das CPAs dos Câmpus, o desenvolvimento dos processos de avaliação externa dos diversos cursos do IFG;
- Dar ampla publicidade às suas atividades;
- Fortalecer o protagonismo das Comissões Próprias de Avaliação dos Câmpus e a integração entre essas e a CPA Central;
- Acompanhar, junto à gestão do IFG, a elaboração e implementação de Plano de Ação para tratar os pontos a serem melhorados apontados no Relatório de Autoavaliação.
-

O Quadro abaixo apresenta a composição das Comissões Locais e Avaliação dos Câmpus e suas respectivas portarias.

Câmpus	REPRESENTANTES POR SEGMENTO				Portaria nº
	Docente	TAE	Discente	Representante externo (sociedade civil)	
Águas Lindas	Marcos Frizzarini Dirceu Luiz Hermann	Cintya Malena Nery Silva Gildino Flávia de Souza Brito	Isaías Carvalho Freitas de Oliveira Caio Costa dos Santos	Daniel Pereira dos Santos Franciléia Anjo dos Santos	1337 / 2021
Anápolis	Lilian Tatiane Ferreira de Melo Camargo Reynaldo Zorzi Neto	Luciano Marcal Vicente		Fernando Nunes Pereira Vera Lucia Cardoso de Oliveira	213 / 2022
Aparecida de Goiânia	Ana Maria Barboza Lemos Wesley da Silva Ruys	Maria Etevalda Batista da Silva Guilherme de Paula Lisboa	Lucas Ribeiro de Oliveira Luiz Alberto da Silva Schonholzer		647 / 2021
Cidade de Goiás	Paula Renata Almeida Lima Kamilla Machado Palhares	Rita Cristina Holdefer Samuel Hilario Rodrigues	Camilla Hosana Dumas Peres Lariane Ribeiro da Silva Larissa Ribeiro da Silva	Alessandra Rodrigues de Jesus	1956 / 2021
Formosa	Murilo Teles Domingues Bruno Abnner Lourenzatto Silveira	Rodrigo dos Santos Fernandes de Sousa Marcos Gomes Araújo	Kerolyn Ribeiro Fernandes Thália Gabrielle Ferreira de Jesus		1328/2021
Goiânia	Édipo Henrique Cremon Iran Martins do Carmo	Martha Araújo Batista Prado Ricardo Sousa Rezende Roquete	Roosevelt Lucas da paixão Segger Luísa Pereira Viana		2315/2017
Goiânia Oeste	Francisco Marcelo Bessa Jeovane Dias Coelho	Thatielly Reis Silva Castro Campos Larisse Faustino da Silva	Júlia Silva Maroqui Andressa Regina Gagliardi de Moraes		1296 / 2021
Inhumas	Fernando Henrique Silva Carneiro Ronaldo Ferreira Vaz	Reginaldo de Fátima Gomes Pacheco	Jéssica Santana Silva Pablo Henryque Manhezo Arcebispo	Adrielly Pires Gomes Maria Raquel de Jesus	1989 / 2020

Itumbiara	Karina Vitti Klein Wáquila Pereira Neigrames	Daniele Baracho de Aquino Vanessa Freitas Santos	Diogo Ribeiro dos Santos Rangel Ponciano da Silva		1828/2021
Jataí	Fabrcio Vieira Campos Mônica Maria Emerenciano Bueno Flávio de Assis Vilela Francielle Coelho dos Santos Sarah Oliveira Barbosa	Nicolas Siqueira da Silva Nicolas Siqueira da Silva	Henrique Franco Herrmann Roney Lopes Lima	Reider Assis Lima Rosa Helena Lemes Oliveira Martins	1118 / 2021
Luziânia	Moema Patrícia Barros de Castro Marcelo de Carvalho Bonetti	Paulo Henrique Martins Rayol Joilson Silva Rodrigue	Geovana Meireles Alves Ruana Dara Costa Alves		1853 / 2020
Senador Canedo		Jamille De Amorim Oliveira Thays De Lima Dias Ferreira			3158 / 2022
Uruaçu	Guilherme Ferreira Santos Onofre Vargas Junior	Gilmara Barbosa de Jesus Nicolli Godoi Pereira	Emerson Clemente Araújo Vinicius Fernandes Félix		1983/2017
Valparaíso	Wanessa Ferreira de Sousa Jean Carlo de Sousa e Silva	Tatiane Soares Martins Marcia Rosa de Melo	Gabriela de Carvalho Jasmilino Kleiton Martins Pereira		1984/2017

Quadro 7 - Composição das Comissões Locais (CPA)

Fonte: Boletim de Serviços IFG. <https://www.ifg.edu.br/boletim-de-servico>

De acordo com o Artigo 20 da Resolução nº 38, de 25 de novembro de 2019, as competências das Comissões Locais de Avaliação (CPA) são:

- Colaborar com a CPA Central na construção do Plano de Autoavaliação Institucional;

- Elaborar e divulgar o cronograma de trabalhos da CPA dos Câmpus com calendário de reuniões;
- Colaborar na construção e organização dos indicadores e instrumentos de avaliação;
- Desenvolver o processo de autoavaliação nos Câmpus, conforme o Plano de Autoavaliação Institucional;
- Organizar reuniões periódicas para desenvolver suas atividades;
- Elaborar os relatórios de avaliação parciais e integrais do respectivo Câmpus;
- Sensibilizar a comunidade para o processo de autoavaliação institucional;
- Zelar pelos dados obtidos no processo de autoavaliação;
- Encaminhar o relatório de autoavaliação no âmbito do Câmpus para a Coordenação de Comunicação Social;
- Encaminhar para as Coordenações de Cursos Superiores os resultados da autoavaliação institucional referentes aos seus respectivos cursos;
- Participar das reuniões de avaliações externas no âmbito do Câmpus;
- Colaborar com a CPA Central sempre que lhe for solicitado;
- Apresentar à comunidade acadêmica os resultados obtidos na autoavaliação Institucional;
- Acompanhar, junto à gestão do Câmpus, a elaboração e a implementação de Plano de Ação para tratar os pontos a serem aprimorados de acordo com os apontamentos no Relatório de Autoavaliação.

2.2.2. EVOLUÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO DO IFG

O Plano de Autoavaliação Institucional tornou-se um instrumento de suma relevância para evolução e consolidação do Processo de Autoavaliação, uma vez que define metodologias, processos, critérios e a avaliação na etapa da meta-avaliação. Deste modo, a avaliação do processo anterior permite um melhor planejamento do processo avaliativo subsequente.

Do ponto de vista da participação da comunidade acadêmica na Pesquisa de Autoavaliação Institucional, em 2022, em relação à 2021, houve acréscimo na participação da comunidade acadêmica em todos os segmentos, sendo que o crescimento total foi de 208,5% (tabela 2).

Figura 3 - Participação na Autoavaliação Institucional por segmento da comunidade (2021-2022)

Segmento	Ano		Evolução de 2022 em relação a 2021
	2021	2022	
Docentes	411	874	107,7%
Discentes	431	1573	264,9%
TAEs	213	222	4,2%
Total	865	2669	208,5%

Fonte: Relatório de Autoavaliação Institucional 2021 e Pesquisa de Autoavaliação Institucional 2022.

2.2.3. SEMINÁRIO DE AUTOAVALIAÇÃO

O Seminário anual é um momento de refletirmos sobre o trabalho a ser desenvolvido pela CPA, tanto nas autoavaliações quanto nas avaliações externas às quais o IFG está submetido, bem como, buscar o envolvimento da equipe de gestores em torno das discussões sobre a articulação entre o PDI e a autoavaliação institucional. O PDI é um documento essencial que delinea as diretrizes e o planejamento institucional durante cinco anos, em que é estabelecido metas e indicadores e deve estar relacionado e articulado à Autoavaliação Institucional.

3. METODOLOGIA

A CPA elaborou um questionário com base nos questionários dos anos anteriores com a finalidade de deixá-lo mais sucinto e objetivo.

O presente relatório busca expressar uma análise a partir de diferentes fontes de dados produzidos pela CPA e pela instituição, conforme necessidades e situações específicas, focos e aprofundamentos exigidos pela própria dinâmica de atuação da CPA.

Nas seções que seguem são apresentados o delineamento do estudo, os eixos e dimensões contempladas, assim como, a população pesquisada, seus extratos e unidades de

análises. Descreve-se, ainda, os instrumentos de coleta dos dados utilizados, as técnicas de coleta dos dados, as escalas adotadas para autoavaliação e os critérios de análise considerados.

3.1. DELINEAMENTO DO ESTUDO

Neste ciclo do processo de avaliação institucional (2022) a Comissão Própria de Avaliação (CPA) aplicou os questionários no Sistema Acadêmico da instituição (Q-Acadêmico) para os docentes e discentes, e no Google Forms para os servidores técnico-administrativos. O estudo abrange um diagnóstico e uma análise da Instituição considerando-se 03 (três) eixos, dos 05 (cinco) eixos, e suas respectivas dimensões, conforme previstos no instrumento de avaliação institucional.

Eixo 3: Políticas Acadêmicas

Dimensão 2: a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, às bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.

Dimensão 4: a comunicação com a sociedade.

Dimensão 9: políticas de atendimento aos estudantes.

Eixo 4: Políticas de Gestão

Dimensão 5: as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.

Dimensão 6: organização e gestão da Instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.

Dimensão 10: sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

Eixo 5: Infraestrutura Física

Dimensão 7: infraestrutura física, especialmente a de ensino de pesquisa e de extensão, biblioteca, recursos de informação e comunicação.

3.2. INSTRUMENTOS E TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS

O processo de autoavaliação realizado pela CPA adotou como instrumento consulta à comunidade através de questionários elaborados pela CPA que investigam dados quantitativos e qualitativos. Foram aplicados três questionários, um para cada segmento da comunidade acadêmica: discente, docente, técnico-administrativo (algumas perguntas foram direcionadas apenas aos servidores técnico-administrativos lotados na Reitoria, em razão da especificidade do trabalho).

Deve-se ressaltar que o Relatório de Autoavaliação será disponibilizado na página da CPA (<http://ifg.edu.br/comissoes/cpa>).

3.2.1. QUESTIONÁRIOS

Foram aplicados questionários para os três segmentos acadêmicos: discentes, docentes e técnicos-administrativos, lotados nos 14 Câmpus da Instituição e na Reitoria. Os questionários foram estruturados com perguntas fechadas de modo a possibilitar a captação de dados quantitativos e qualitativos, sobre os aspectos avaliados. Porém, em virtude das especificidades dos segmentos respondentes, os questionários possuem variações focadas para a realidade do perfil técnico, docente e estudantil. Os questionários abordaram de forma concisa e objetiva o “Políticas Acadêmicas”, “Políticas de Gestão” e “Infraestrutura Física”, utilizando uma semântica que visou eliminar problemas de interpretação e complexidade do questionário.

A consulta foi realizada no período de 22 de maio a 25 de junho de 2023. Foram utilizados diferentes meios para a divulgação do processo avaliativo como links de acesso divulgados na página eletrônica da Instituição, *e-mail* institucional, boletins de notícias e redes sociais.

Destacamos que a participação na pesquisa de autoavaliação se deu de forma espontânea e não obrigatória, entretanto, houve um trabalho de sensibilização junto à comunidade para promover adesão ao processo de autoavaliação institucional, garantindo participação satisfatória dos três segmentos da comunidade.

O questionário de 2022 foi elaborado para ser claro e sucinto, buscando construir, principalmente, perguntas que avaliam o conhecimento da comunidade a respeito de aspectos relacionados às diferentes dimensões dos Eixos avaliados. As opções de respostas variam entre “ótimo”, “bom”, “regular”, “ruim”, “péssimo” e “não sei”.

3.2.2. DEFINIÇÃO DA POPULAÇÃO DA PESQUISA

A população considerada dessa pesquisa foi composta pelos três segmentos (discentes de cursos superiores, docentes, técnicos/as administrativos/a dos Câmpus e da Reitoria). Um dos maiores desafios da CPA no processo de autoavaliação foi envolver todos os segmentos e alcançar percentuais efetivos de participação e representatividade, uma vez que não há obrigatoriedade em responder o questionário. Deste modo, buscou-se, em relação à pesquisa realizada em 2021, uma maior participação de estudantes matriculados na graduação e pós-graduação, docentes e TAEs. Para a construção dos dados do relatório, foi considerando somente os questionários respondidos de forma completa.

Para complementar e qualificar a análise dos dados obtidos na pesquisa quantitativa consultou-se documentos de diversos âmbitos do IFG. Tais como:

- Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019-2023);
- Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI 2018);
- Relatórios de Avaliações Externas, vinculadas aos processos regulatórios da educação superior;
- Relatórios de Pró-Reitorias, e outros departamentos.

3.3. ESCALAS, CRITÉRIOS DE ANÁLISE DOS RESULTADOS E INDICADORES

No questionário de autoavaliação, a metodologia de tratamento, classificação e indicações das fragilidades e potencialidades institucionais buscou avaliar os diferentes graus da aprovação de um aspecto, mas, entretanto, verificando o conhecimento, pertencimento e participação por meio de perguntas cujas opções de respostas foram “ótimo”, “bom”, “regular”, “ruim”, “péssimo” e “não sei”, resultando em um questionário menos denso, complexo e cansativo.

A metodologia adotada em relatórios anteriores, com possibilidade de respostas apenas entre "SIM" ou "NÃO", embora resultasse em maior objetividade e simplificação do questionário em sua construção, demonstrava fragilidades significativas no contraste das respostas de algumas perguntas.

Desde a autoavaliação de 2020, a CPA adota uma metodologia, a qual considera perguntas em cinco escalas avaliativas de satisfação, e uma alternativa de “escape”

(desconhecimento, inexistência ou não ocorrência). São critérios de análise e indicação, conforme segue:

- Ótimo: o respondente não faz críticas negativas ao item avaliado e considera um padrão de notoriedade e excelência.
- Bom: o respondente não faz críticas negativas ao item avaliado, entretanto não considera um padrão de notoriedade e excelência.
- Regular: o respondente faz críticas negativas ao item avaliado e considera que o padrão pode ser melhorado.
- Ruim: o respondente considera que o item avaliado está aquém da qualidade esperada e possível.
- Péssimo: o respondente considera que o item avaliado exige medidas corretivas urgentes.
- Não sei: o respondente não tem conhecimento ou familiaridade com o item em questão.

Como forma de estabelecer uma metodologia de tratamento dos resultados e elaborar indicações claras aos gestores sobre os aspectos que merecem maior atenção no âmbito institucional, buscou-se adotar uma categorização da proporção de aprovação (proporção de "Bom" e "Ótimo") obtida em cada um dos aspectos avaliados. Essa síntese gerou os seguintes indicativos de ação:

MANTER: quando a soma dos percentuais dos itens avaliados como ÓTIMO e BOM for igual ou maior que 76%, considera-se que a questão atende os requisitos de qualidade e as ações referentes a esta questão devem ser mantidas.

DESENVOLVER: quando a soma dos percentuais dos itens avaliados como ÓTIMO e BOM for de 51% a 75%, considera-se que a questão não conseguiu atingir padrão de qualidade exigido, mas pode melhorar a partir de ações pontuais.

MELHORAR: quando a soma dos percentuais dos itens avaliados como ÓTIMO e BOM for de 26% a 50%, considera-se que a questão não atende os requisitos mínimos de qualidade, estando em situação crítica e merecendo atenção especial e ação rápida.

SANAR: quando a soma dos percentuais dos itens avaliados como ÓTIMO e BOM for até 25%, considera-se que o indicador necessita de ações corretivas por parte da gestão em caráter de urgência.

4. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES

Para condução do processo de autoavaliação a CPA utilizou-se de dois pilares: ações de divulgação do questionário Sensibilização da Comunidade e elaboração do Relatório de Autoavaliação Locais e Institucional de 2023/2022. Assim, as Comissões Locais e a CPA (central) tiveram o seguinte cronograma:

Quadro 8 - Cronograma de execução das atividades de sensibilização, referente aos processos de autoavaliação 2022

Ação	Atividade	Responsável	Período
Reunião de capacitação das Comissões Próprias de Avaliação dos Câmpus	Esclarecimento sobre as atribuições da CPA central e CPA câmpus, as legislações que regem o processo de autoavaliação e a relação da autoavaliação com os processos regulatórios da educação superior.	CPA Central	Maio de 2022
Envolvimento dos membros da CPA (central e de Câmpus), de forma contínua e efetiva.	A atuação da CPA exige integração entre seus membros e ações a serem desenvolvidas durante todo o processo. Tal integração foi realizada por meio de reuniões presenciais e por webconferência, emails, telefonemas, memorandos, entre outros.	CPA central e CPA dos câmpus em seus respectivos âmbitos de atuação.	Permanente
Reuniões por segmento: docentes,	Esclarecer sobre as atribuições da CPA central e CPA dos câmpus, as legislações que	CPA dos Câmpus	

discentes, técnico-administrativos e gestores.	regem o processo de autoavaliação e a relação da autoavaliação com os processos regulatórios da educação superior.		Outubro de 2022
Divulgação do material da CPA	Fixar banners, distribuir materiais impressos em todos os setores, convidando a comunidade a participar da autoavaliação, bem como divulgar em redes sociais, e-mail e nas páginas eletrônicas dos câmpus do IFG.	CPA central e CPA dos câmpus em seus respectivos âmbitos de atuação.	Permanente
Aplicação de questionário de autoavaliação	Sensibilizar a comunidade quanto à importância do preenchimento e acompanhar o preenchimento dos discentes nos laboratórios .	CPA dos Câmpus	Novembro de 2022

Quadro 10: Cronograma de atividades para Elaboração dos Relatórios Locais e Institucional - 2022.

Ação	Atividade	Responsável	Período
Elaboração do questionário.	Os questionários foram elaborados a partir dos cinco eixos e dez dimensões.	CPA	Outubro a dezembro de 2022

Aplicação dos questionários	Mobilizar a comunidade acadêmica e acompanhar o preenchimento do questionário, de modo a alcançar um percentual de amostragem satisfatório. Recomenda-se acompanhar estudantes aos laboratórios, garantindo o preenchimento.	CPA dos Câmpus	Novembro de 2022
Tabulação dos dados	Tabular os dados dos questionários e disponibilizá-los às CPA's dos Câmpus	CPA	Até 29 de dezembro de 2022
Análise dos dados quantitativos e consulta aos documentos institucionais	As comissões (CPA's dos câmpus) deverão analisar os dados dos questionários e consultar os documentos institucionais para qualificação dos dados de seus respectivos câmpus; A CPA central deverá analisar os dados dos questionários e consultar os documentos institucionais para qualificação dos dados da Instituição; A sistematização da análise deverá ser apresentada em quadros no apêndice e os relatórios deverão obedecer a estrutura proposta no item que segue (Consolidação).	CPA central e CPA's dos Câmpus em seus respectivos âmbitos de atuação.	Janeiro e fevereiro de 2023
Elaboração do Relatório de Autoavaliação	Escrita dos Relatórios: Locais e Institucional, obedecendo a estrutura apresentada no apêndice	CPA central e CPA's dos câmpus em seus respectivos âmbitos de atuação.	Janeiro a março de 2023
Postagem no e-MEC	Encaminhamento do Relatório à Procuradoria Educacional Institucional e Postagem no E-Mec.	CPA	25 de março de 2023

5. AUTOAVALIAÇÃO 2022: RESULTADOS, ANÁLISES E SUGESTÕES DECORRENTES DA AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Nesta seção serão apresentados os resultados da autoavaliação e suas análises quantitativas e qualitativas. As análises dos dados, a consulta a setores e documentos institucionais deram elementos para subsidiar propostas de melhorias para o desenvolvimento da Instituição.

As informações desta seção estão agrupadas conforme eixos e suas respectivas dimensões na seguinte ordem:

1. Apresentação do questionamento realizado na pesquisa de autoavaliação e seu fundamento no PDI, na legislação e em documentos orientadores do MEC/INEP. Análise dos dados quantitativos e indicação do nível de fragilidade e potencialidade dos itens avaliados, por segmento da comunidade acadêmica, bem como pelo indicador da CPA

2. Apresentação das principais contribuições, pontos fortes e fragilidades apontadas pela comunidade acadêmica no campo aberto dos questionários, acompanhadas de reflexões da CPA. Apresentação de quadro síntese de propostas de melhorias aos principais pontos críticos da Instituição.

3. Indicação de sugestões da CPA que foram consideradas pela Instituição.

Conforme estabelecido na metodologia, tem-se como parâmetro para indicar o nível de fragilidade/potencialidade, em cada aspecto avaliado, o percentual de “BOM e ÓTIMO” assinalados pelos respondentes.

5.1. EIXO 3: POLÍTICAS ACADÊMICAS

O Eixo “Políticas Acadêmicas” é composto por três dimensões: Dimensão II: “A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, às bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades”; Dimensão IV: “Comunicação com a sociedade”; e Dimensão IX: “Políticas de atendimento aos estudantes”.

A apresentação dos resultados e análises que seguem correspondem às políticas acadêmicas que, conforme Instrumento de Avaliação do INEP, abrangem políticas de ensino, pesquisa, extensão, comunicação com a sociedade e políticas de atendimento aos discentes.

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é um dos pressupostos da função social e dos princípios filosóficos e teórico-metodológicos gerais que norteiam as práticas acadêmicas da instituição. Por este motivo essa dimensão está presente no Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI) do IFG e permeia toda a proposta do Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023. Essa dimensão corresponde a três dos quatro eixos discutidos pelo PDI, sendo muito importante para o questionário de autoavaliação.

5.1.1. EIXO 3, DIMENSÃO 2 – A POLÍTICA PARA O ENSINO

Sobre *o conhecimento a respeito dos regulamentos acadêmicos de ensino*, verifica-se haver uma avaliação positiva das pessoas que responderam a esta questão do questionário disponibilizado pela CPA, com uma média total de 63,8% entre alunos, docentes e TAEs. Tomando como base cada categoria da comunidade acadêmica do IFG, recebe destaque os docentes, com uma avaliação “Ótimo” ou “Bom” de 84,1%, em seguida, os alunos com 76% e TAEs com 47,9%. A partir desta pesquisa, constata-se que se faz necessário ações, por parte da instituição, que visem preparar a categoria dos TAEs para o conhecimento dos documentos que norteiam o funcionamento acadêmico, o que não inviabiliza, também, o impulsionamento dos conhecimentos de integrantes da comunidade acadêmica que se encaixam na avaliação “Regular”, “Ruim”, “Péssimo” ou “Não sei”.

Considerando *as políticas de ensino do IFG*, no que tange cada categoria, separadamente, têm destaque os docentes, com 78%, que consideram as políticas de ensino, do IFG, favoráveis. Algo que chama a atenção é a aprovação por parte dos alunos, 72,6% do total, que responderam ao questionário, consistindo em algo positivo sobre a aceitação das ações políticas praticadas. Do total dos TAEs, 57,2% aprovam as políticas de ensino, sugerindo um cuidado maior com os outros 42,8% que demonstram insatisfação em relação ao ponto avaliado. A média de avaliação das três categorias, que varia entre “Ótimo” e “Bom”, é 69,2%.

Em relação à atuação *do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONEPEX)*, constata-se uma rejeição significativa das atividades do colegiado. Uma média de 26,9% desaprova a atuação do CONEPEX e uma média de 21,2% dos respondentes concordam que esse conselho está atuando de forma satisfatória. Embora a média de 55,5% declare aprovação,

as respostas apontam para uma revisão das ações deste conselho, direcionadas para uma relação mais próxima com a comunidade acadêmica.

No que tange a atuação do IFG em relação à promoção da permanência e êxito dos/das estudantes, existe uma aprovação de 54,3% das pessoas que responderam ao questionário, considerando o percentual entre “Ótimo” e “Bom”. Embora 26,5% dos participantes tenham se mostrado imparciais, os números apontam para a necessidade de aprimoramento das ações que busquem atender a permanência e êxito dos estudantes. Uma especial atenção precisa ser dada à própria perspectiva dos discentes sobre esta questão, os objetos da avaliação, uma vez que 39,2%, entre “Regular”, “Ruim”, “Péssimo” ou “Não sei” apontam para uma não aprovação.

Os participantes da pesquisa foram questionados sobre se *os cursos ofertados no IFG são coerentes em suas características artísticas, científicas e tecnológicas*, com uma avaliação favorável de 70,31%. Este é um índice que merece destaque, visto que representa quase três terços das pessoas que responderam ao questionário, considerando, ainda, que o “Regular”, uma avaliação próxima ao “Ótimo” e “Bom”, teve 19,4% das respostas, restando somente 10,3% para “Ruim”, “Péssimo” ou “Não sei”. Os dados acima mencionados podem ser verificados na tabela abaixo:

Figura 4 - EIXO 3, DIMENSÃO 2 – A POLÍTICA PARA O ENSINO

Dimensão 2: Políticas para o ensino																											
Questão	Ótimo (%)				Bom (%)				Regular (%)				Ruim (%)				Péssimo (%)				Não sei (%)				Aprovação (%)		
	Alunos	Docentes	TAEs	Média	Alunos	Docentes	TAEs	Média	Alunos	Docentes	TAEs	Média	Alunos	Docentes	TAEs	Média	Alunos	Docentes	TAEs	Média	Alunos	Docentes	TAEs	Média		Alunos	Docentes
Seu conhecimento a respeito dos regulamentos acadêmicos de ensino é:	20,5	28,6	5,4	18,2	39,5	55,5	41,9	45,6	29,9	14,4	36,5	26,9	5,7	0,9	9,5	5,3	2,8	0,1	1,8	1,6	1,7	0,5	5,0	2,4	63,80		
As políticas de ensino do IFG são:	26,3	20,7	9,5	18,8	46,3	57,3	47,7	50,4	20,2	16,8	28,8	21,9	3,3	2,4	5,0	3,6	1,3	1,1	0,9	1,1	2,7	1,6	8,1	4,1	69,28		
A atuação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONEPEX) é:	21,4	15,3	6,8	14,5	37,8	47,7	37,4	41,0	19,5	18,5	25,7	21,2	3,8	2,3	5,0	3,7	1,7	1,1	3,2	2,0	15,8	15,0	22,1	17,6	55,46		
A atuação do IFG em relação à promoção da permanência e êxito dos/das estudantes é:	25,4	16,0	6,3	15,9	35,4	42,8	36,9	38,4	22,3	27,0	30,2	26,5	7,3	8,9	14,0	10,1	4,5	3,2	6,8	4,8	5,1	2,1	5,9	4,4	54,28		
Os cursos ofertados no IFG são coerentes em suas características artísticas, científicas e tecnológicas de forma:	36,6	28,5	15,3	26,8	41,6	47,5	41,4	43,5	15,7	17,6	24,8	19,4	2,4	3,2	9,0	4,9	1,7	1,3	4,1	2,3	2,0	1,9	5,4	3,1	70,31		

5.1.2. EIXO 3, DIMENSÃO 2 – A POLÍTICA PARA A PESQUISA

Uma média de 55,4% das pessoas que responderam ao questionário disponibilizado pela CPA declararam ter *conhecimento a respeito dos regulamentos relacionados ao desenvolvimento de pesquisa no IFG*. Esse é um resultado que chama atenção para a realização de medidas que visem a divulgação e a formação da comunidade acadêmica para impulsionar o conhecimento dos regulamentos que norteiam o desenvolvimento da pesquisa na instituição. O que o índice das pessoas que não demonstram familiaridade com o conteúdo dos documentos equivale à quase metade das pessoas que responderam ao questionário. Do total dos participantes, 29,1% afirmam ter um conhecimento razoável sobre esse ponto da pesquisa, ficando a dúvida sobre qual seria a margem de desconhecimento. Os outros 15,4%, praticamente, assumiram ter desconhecimento desses regulamentos.

Referente às *políticas de pesquisa no IFG*, 58,7% da comunidade aprova as ações desenvolvidas na instituição. Do percentual total, 23,6% alegaram imparcialidade e os outros 17,7% desaprovam. Destaque para os 42,8% da avaliação “Bom”, que, mesmo estando em uma margem de aprovação, endossa uma leve necessidade para uma melhora das políticas que balizam as ações da instituição nesse quesito.

Em relação ao *incentivo do IFG para a participação em atividades de pesquisa*, dos que preencheram o questionário, 44,7% aprovam o apoio da instituição, sendo que, deste percentual, 30,3% classificam como “Bom” e 14,3% consideram “Ótimo”. Um percentual de 26,3% desaprova, com uma avaliação considerável de 7,5% em “Péssimo”. Além do índice de aprovação ter ficado abaixo dos 50%, das cinco questões avaliadas nessa dimensão 2.

A *divulgação das atividades de pesquisa no IFG* obteve uma média de aprovação como ótimo ou bom pelos grupos, igual a 54,7%. A percepção dos grupos é que a divulgação das atividades de pesquisa foi majoritariamente positiva. Os docentes obtiveram o maior percentual dentre os que avaliaram como ruim ou péssimo (14,6%), refletindo haver uma certa insatisfação do grupo, considerando que as atividades de pesquisa, em grande maioria, são realizadas pelos docentes.

Quanto à *clareza e transparência dos critérios de avaliação dos projetos de pesquisa*, o tema apresentou uma média de aprovação satisfatória entre os grupos, sobretudo entre os docentes, cujo percentual de aprovação foi de 66,4%. Por outro lado, esse tema foi o que apresentou a maior média percentual no quesito “não sei”, correspondendo a 12,8%. O grupo dos técnicos contribuiu significativamente para a elevação dessa média. Isso pode indicar que os critérios de avaliação dos projetos de pesquisa para esse grupo não são bem definidos ou

talvez por desconhecimento a respeito do tema, uma vez que é um grupo que tem pouco volume de projetos de pesquisa.

O último item desta dimensão, que diz respeito ao *interesse em participar de projetos de pesquisa*, apresentou-se com a maior taxa de aprovação, 59,0%, e os estudantes demonstraram maior entusiasmo nesse aspecto. As porcentagens para a resposta “ótima” mostram que os grupos de estudantes e professores contribuíram para o aumento da média. Isso pode confirmar a hipótese mencionada no parágrafo anterior que o grupo dos técnicos tem pouca participação no envolvimento com as políticas de pesquisa no IFG. Porém, é nesse grupo que se concentra a maior porcentagem para a resposta “regular” e isso pode indicar um certo interesse em participar de projetos de pesquisa.

Figura 5 - EIXO 3, DIMENSÃO 2 – A POLÍTICA PARA A PESQUISA

Dimensão 2: Políticas para a pesquisa																									
Questão	Ótimo (%)				Bom (%)				Regular (%)				Ruim (%)				Péssimo (%)				Não sei (%)				Aprovação (%)
	Alunos	Docentes	TAEs	Média	Alunos	Docentes	TAEs	Média	Alunos	Docentes	TAEs	Média	Alunos	Docentes	TAEs	Média	Alunos	Docentes	TAEs	Média	Alunos	Docentes	TAEs	Média	
Seu conhecimento a respeito dos regulamentos relacionados ao desenvolvimento de pesquisa no IFG é:	19,5	22,9	2,7	15,0	33,8	51,8	35,6	40,4	28,4	20,3	38,7	29,1	8,1	2,6	9,5	6,7	4,1	0,6	3,2	2,6	6,2	1,8	10,4	6,1	55,4
As políticas de pesquisa no IFG são:	25,7	15,2	6,8	15,9	40,8	45,3	42,3	42,8	19,1	24,8	27,0	23,6	2,7	6,2	5,4	4,8	1,9	3,5	2,3	2,6	9,8	4,9	16,2	10,3	58,7
O incentivo do IFG para sua participação em atividades de pesquisa é:	27,2	11,8	4,1	14,3	31,0	32,0	27,9	30,3	22,8	29,4	35,1	29,1	9,2	15,1	14,0	12,8	5,3	8,6	8,6	7,5	4,5	3,1	10,4	6,0	44,7
A divulgação das atividades de pesquisa no IFG é:	25,4	15,2	6,8	15,8	31,7	41,4	43,7	38,9	24,1	27,1	32,4	27,9	9,2	10,5	8,1	9,3	5,5	4,1	4,1	4,5	4,1	1,6	5,0	3,6	54,7
A clareza e transparência dos critérios de avaliação dos projetos de pesquisa são:	22,3	19,9	5,4	15,9	36,2	46,5	40,5	41,1	22,3	16,5	23,9	20,9	5,8	5,5	8,1	6,5	3,2	2,3	3,2	2,9	10,2	9,4	18,9	12,8	56,9
O seu interesse em participar de projetos de pesquisa é:	30,6	33,6	9,9	24,7	33,6	39,5	29,7	34,3	23,3	20,1	33,3	25,6	6,2	3,7	13,5	7,8	2,9	2,1	7,7	4,2	3,4	1,0	5,9	3,4	59,0

5.1.3. EIXO 3, DIMENSÃO 2 – POLÍTICAS PARA A EXTENSÃO

Na questão sobre o *conhecimento dos grupos a respeito dos regulamentos relacionados à extensão no IFG*, os três grupos apresentaram as maiores porcentagens de respostas como bom e regular. Os docentes foram os que tiveram uma percepção mais positiva em relação a esses regulamentos, tendo em vista as respostas ótima e boa, que somaram 60,98%. Em seguida, vieram os alunos com 46,47% e os técnicos com 38,29%. Quanto ao conhecimento ser ruim ou péssimo, o grupo dos alunos obteve as maiores porcentagens, totalizando 15,89%, enquanto o grupo dos docentes obteve a menor porcentagem, 8,58%. E, com relação aos que não souberam, o grupo dos docentes foi o que mais se destacou positivamente, onde apenas 3,78% responderam não saber.

Quando questionados sobre *as políticas de extensão no IFG*, os três grupos responderam de maneira bastante parecida, havendo pequenas discrepâncias para as repostas “ótimo” e “não sabem”. Em geral, a maioria dos participantes em todos os grupos acha que as políticas de extensão são otimistas, variando entre 52,26% e 60,98%. Como ruim ou péssimo, as porcentagens ficaram entre 5,85 e 8,58% indicando que as políticas de extensão necessitam de poucas modificações. Os docentes e TAEs foram os grupos que obtiveram as maiores porcentagens ao responderem não saber sobre as políticas de extensão.

Em relação ao incentivo do IFG para os grupos participarem das atividades de extensão, os alunos e professores mostraram ter perspectivas parecidas, onde os alunos tiveram uma visão mais positiva que os outros grupos, alcançando 78,45% das avaliações como ótima, boa e regular. Os TAEs mostraram uma percepção menos positiva, com uma proporção maior de incerteza (10,36%) e opiniões negativas (21,62%). Isso sugere haver espaço para melhorar como os TAEs são incentivados, visando aumentar sua participação e envolvimento nas atividades de extensão.

Quanto à divulgação das atividades de extensão no IFG os três grupos apresentaram percepções predominantemente positivas, com um percentual de ótimo e bom variando entre 50,45 e 53,43%. Dentre os grupos, o dos alunos foi o que obteve o maior percentual dos que não souberam opinar. Entretanto, a porcentagem pode ser considerada baixa (7,18%) quando comparada ao índice de satisfação (79,53%) apresentada por esse mesmo grupo. As taxas de avaliação negativa (ruim + péssima) são relativamente baixas em todos os grupos, indicando uma ampla aceitação sobre como as atividades de extensão são comunicadas.

Ao serem questionados se as atividades de extensão no seu campus atendem as necessidades da comunidade interna e externa, o grupo de alunos e docentes têm uma

perspectiva mais positiva, os TAEs apresentam uma concepção mais polarizada. Uma maioria significativa dos TAEs (63,52%) avalia as atividades de extensão como atendendo às necessidades da comunidade positivamente (ótimo + bom). No entanto, 18,91% as avaliam como ruins ou péssimas, restando apenas 7,66% para a resposta neutra. Somente 7,50% dos alunos acreditam que as atividades não estão atendendo às expectativas da comunidade.

Em relação à próxima questão, os grupos consideraram boa em termos de clareza e transparência dos critérios de avaliação dos projetos de extensão, cuja média geral foi de 39%. Os docentes tiveram uma visão mais positiva em relação aos demais grupos, alcançando 59,61% do somatório das respostas “ótimo” e “bom”. Já no aspecto menos positivo, docentes e alunos apresentaram médias semelhantes, ao passo que os TAEs foram mais enfáticos nesse ponto. Um número significativo de respondentes em todos os grupos indicou não saber, o que pode sugerir uma falta de clareza sobre os critérios de avaliação ou uma falta de informação sobre o assunto.

Quanto ao interesse em participar das atividades de extensão, o grupo dos docentes e alunos apresentaram uma tendência mais positiva, com taxas de 63,38% e 59,76%, respectivamente. Cerca de 32,43% dos TAEs indicaram um interesse moderado, classificando as atividades como "regular" e a proporção de respostas negativas é mais alta em comparação com alunos e docentes, totalizando 17,11%. Alunos e TAEs apresentaram as maiores taxas de não saber se têm ou não vontade de participar das atividades extensionistas. Isso pode estar ligado às respostas “ruim” e “péssimo” a respeito do incentivo do IFG para a participação desses grupos nas atividades de extensão, cuja visão negativa para essa pergunta foi superior, comparada ao interesse em participar dessas atividades. Consequentemente, se não há incentivo, não há interesse.

Figura 6 - EIXO 3, DIMENSÃO 2 – POLÍTICAS PARA A EXTENSÃO

Dimensão 2: Políticas para a extensão																											
Questão	Ótimo (%)				Bom (%)				Regular (%)				Ruim (%)				Péssimo (%)				Não sei (%)				Aprovação (%)		
	Alunos	Docentes	TAEs	Média	Alunos	Docentes	TAEs	Média	Alunos	Docentes	TAEs	Média	Alunos	Docentes	TAEs	Média	Alunos	Docentes	TAEs	Média	Alunos	Docentes	TAEs	Média		Alunos	Docentes
Seu conhecimento a respeito dos regulamentos relacionados à extensão no IFG é:	16,3	18,2	5,4	13,3	30,1	42,8	32,9	35,3	30,0	26,7	41,4	32,7	10,9	7,4	7,7	8,7	5,0	1,1	3,2	3,1	7,6	3,8	9,5	7,0	48,6		
As políticas de extensão no IFG são:	19,3	16,0	6,3	13,9	37,7	41,0	45,9	41,5	22,8	25,7	28,4	25,6	3,7	5,7	4,1	4,5	2,3	1,7	1,8	1,9	14,2	9,8	13,5	12,5	55,4		
O incentivo do IFG para sua participação em atividades de extensão é:	19,8	13,2	5,4	12,8	33,6	33,0	33,3	33,3	25,0	29,7	29,3	28,0	8,4	12,5	13,5	11,5	5,5	5,7	8,1	6,4	7,7	5,9	10,4	8,0	46,1		
A divulgação das atividades de extensão no IFG é:	22,0	15,4	7,2	14,9	31,5	38,6	45,9	38,7	26,0	28,4	29,3	27,9	8,8	8,6	7,2	8,2	4,5	4,6	3,6	4,2	7,2	4,5	6,8	6,1	53,6		

As atividades de extensão do seu Câmpus atendem as necessidades da comunidade (interna e externa), de forma:	20,8	15,1	9,9	15,3	33,8	34,6	37,4	35,3	24,2	25,7	26,1	25,4	4,8	8,5	7,7	7,0	2,7	4,1	5,0	3,9	13,7	12,0	14,0	13,2	50,5
A clareza e transparência dos critérios de avaliação dos projetos de extensão são:	20,4	18,2	6,3	15,0	35,1	41,4	40,5	39,0	23,1	15,3	25,2	21,2	4,5	5,4	9,5	6,5	2,0	2,2	2,7	2,3	14,9	17,5	15,8	16,1	54,0
O seu interesse em participar de atividades de extensão é:	26,3	23,1	11,7	20,4	33,5	40,3	30,2	34,7	25,7	25,6	32,4	27,9	5,2	6,6	12,2	8,0	3,3	2,4	5,0	3,6	6,0	1,9	8,6	5,5	55,0

5.1.4. EIXO 3, DIMENSÃO 4 - COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

Quando questionados sobre a comunicação do IFG com a comunidade interna, uma média de 56% dos entrevistados apresentou uma avaliação positiva, sendo que a maior parcela considerou essas ações na categoria “Bom”. Dentre os três grupos consultados, o resultado que mais se destacou foi o dos alunos, com um total de 60,8% de aprovação. Ao considerarmos, no entanto, a porcentagem de respostas “Regular”, sendo 28,6% entre os docentes e 27,5% entre os TAE, temos que, em linhas gerais, os indicadores refletem uma efetividade das ações de comunicação para com a comunidade, principalmente discente, mas com alguma carência de melhorias daquelas voltadas aos servidores da instituição.

Ao considerar os mecanismos de divulgação e a imagem do IFG, veiculada pela mídia externa, há uma diferença clara na perspectiva de cada um dos três grupos entrevistados, com destaque positivo para a avaliação dos alunos, que somam 60,9% de aprovação. Em contrapartida, entre os TAEs e os docentes a estatística segue uma tendência decrescente. Entre os TAEs 41% consideram “Ótimo” ou “Bom” os delineamentos relacionados à este tipo de publicidade, enquanto entre os docentes o valor é de 36,9%, índice muito próximo aos 27,6% que avaliam os mecanismos como “Regular”, e quase empatado com aqueles que consideram “Ruim” ou “Péssimo”, que somam 32,5% entre os servidores deste grupo. Percebe-se que pouco mais de dois terços dos docentes apresentam alguma insatisfação sobre a temática, dependendo-se também da percepção dos TAEs um indicativo de necessidade de melhoria no desenho das ações institucionais voltadas à publicidade veiculada nas mídias externas.

Em relação ao acesso à informação e o conteúdo do site do IFG a maior parte dos entrevistados avaliou o quesito como “Bom”, o que, somados aos valores das avaliações “Ótimo”, representa uma média total de aprovação entre alunos, docentes e TAEs de 56,4%. Ao analisarmos cada grupo separadamente, pode-se perceber que esta média é alavancada pelo alto índice de respostas positivas dos alunos, alcançando 68% entre “Ótimo” e “Bom”. Tem-se, a partir destes dados, que a percepção geral da comunidade interna em relação a esta temática tende a ser positiva.

Os participantes da pesquisa foram questionados acerca da atuação do IFG nas redes sociais sobre a qual 61% apresentaram uma avaliação favorável. Embora, no geral, a maior parte das respostas estejam computadas na classificação “Bom”, com resposta majoritária de 50% dos TAEs, é digno de destaque que entre os alunos o índice de “Ótimo” alcançou 30,2%. A elevada aprovação demonstra uma percepção positiva da comunidade quanto a presença do

IFG no ambiente das redes sociais, locus privilegiado de interlocução da instituição com a comunidade interna e externa.

Na pergunta sobre a efetividade do serviço de Ouvidoria do IFG, chama a atenção que uma grande quantidade de pessoas dos três grupos alvos da pesquisa aparenta não conhecer ou nunca ter utilizado tal serviço, visto que uma média de 29,6% dos entrevistados respondeu “Não sei”, sendo, em sua grande maioria, servidores docentes que representaram proporcionalmente elevados 41%. Pode-se perceber que essa média chega bem próximo aos 31,6% das respostas classificadas como “Bom”. Apesar disso, o índice médio de aprovação foi de 44,2%, visivelmente alavancado pela avaliação positiva dos alunos, que entre “Ótimo” e “Bom” somaram 50,6%.

A última questão da dimensão 4 é sobre a efetividade do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) do IFG. Neste tópico, como no anterior, podemos dar relevância a quantidade de entrevistados que declararam “Não sei” como resposta, com uma elevada média de 35,4% do total de participantes da pesquisa. Percebe-se, ademais, que o grupo com maior representação neste índice foi o dos docentes, dentre os quais quase metade (49,5%) declararam não ter conhecimento sobre o SIC, seguidos pelos TAEs com 31,5%, ambos com porcentagens maiores do que no índice de “Bom”. Entretanto, a aprovação geral é de 40,8%, média alavancada pela representação dos alunos, dentre os quais 49,9% declararam “Ótimo” ou “Bom”. Tem-se, a partir dos dados destes dois últimos tópicos, a patente necessidade de publicização dessas ferramentas à comunidade interna, e, igualmente, dos seus mecanismos de funcionamento, visando dar maior efetividade a esses importantes canais institucionais de diálogo.

Figura 7 - EIXO 3, DIMENSÃO 4 - COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

Dimensão 4: Comunicação com a sociedade																									
Questão	Ótimo (%)				Bom (%)				Regular (%)				Ruim (%)				Péssimo (%)				Não sei (%)				Aprovação (%)
	Alunos	Docentes	TAEs	Média	Alunos	Docentes	TAEs	Média	Alunos	Docentes	TAEs	Média	Alunos	Docentes	TAEs	Média	Alunos	Docentes	TAEs	Média	Alunos	Docentes	TAEs	Média	
A comunicação do IFG com a comunidade interna é:	23,6	15,3	8,1	15,7	37,2	40,5	43,2	40,3	25,2	28,6	27,5	27,1	7,2	8,5	11,3	9,0	3,9	6,2	7,7	5,9	3,0	0,9	2,3	2,1	56,0
Os mecanismos de divulgação e a imagem do IFG, veiculada pela mídia externa (jornal, TV, rádio, internet e outros), são:	26,4	11,6	8,1	15,3	34,5	25,3	32,9	30,9	23,6	27,6	30,6	27,3	7,1	16,9	15,3	13,1	3,8	15,6	9,0	9,5	4,7	3,1	4,1	3,9	46,2
O acesso à informação e o conteúdo do site do IFG é:	29,1	15,8	6,8	17,2	38,9	39,0	39,6	39,2	22,9	25,6	28,4	25,6	5,2	11,0	14,4	10,2	2,5	7,9	9,9	6,8	1,4	0,7	0,9	1,0	56,4
A atuação do IFG nas redes sociais é:	30,2	16,2	12,6	19,7	38,5	35,5	50,0	41,3	21,5	26,2	20,7	22,8	3,4	8,8	7,7	6,6	1,9	3,9	3,6	3,1	4,5	9,4	5,4	6,4	61,0
A efetividade do serviço de Ouvidoria do IFG é:	18,8	11,1	8,1	12,7	31,8	28,6	34,2	31,6	20,7	12,4	17,6	16,9	5,3	4,2	7,7	5,7	3,3	2,7	4,5	3,5	20,0	41,0	27,9	29,6	44,2
A efetividade do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) do IFG é:	17,8	9,7	8,1	11,9	32,1	23,7	31,1	29,0	19,6	11,1	18,9	16,5	3,4	3,9	6,3	4,5	2,0	2,1	4,1	2,7	25,1	49,5	31,5	35,4	40,8

5.1.5. EIXO 3, DIMENSÃO 9 - POLÍTICA DE ATENDIMENTO AO ESTUDANTE

Nas perguntas da Dimensão 9 foram coletadas respostas apenas dos docentes e dos discentes. Quanto à questão sobre a política de seleção para ingresso aos cursos do IFG esses dois grupos perfizeram uma média de 57,2% de aprovação, sendo que os discentes representam a grande maioria deste montante, com 70,4% de respostas declaradas “Ótimo” ou “Bom”, enquanto entre docentes este número é de 43,9%. Em seguida, por expressividade numérica, as respostas declaradas em “Regular” apresentam média de 21% entre os entrevistados. Neste sentido, os indicadores demonstram que, enquanto alvos da política de ingresso, a maioria do alunado aparenta concordância com o sistema adotado para ingresso nos cursos da instituição.

Sobre os benefícios oferecidos pela assistência estudantil o índice de aprovação salta a 64,5%, ou seja, quase dois terços dos entrevistados responderam com “Bom” ou “Ótimo” à questão, o que denota claro contentamento da comunidade ante a esta política de atendimento aos estudantes. Importa ressaltar que a referida média conta com maior representação dos docentes, que participam com 67,3% do montante das respostas favoráveis. Cerca de 21% dos participantes da pesquisa avaliaram os benefícios como “Regular” e uma média de 9,8% demonstraram desaprovação entre “Ruim” e “Péssimo”.

Quando questionados sobre o Sistema de Administração Acadêmica (Q-Acadêmico), os discentes e os docentes entrevistados apresentaram uma média de respostas positivas de 69%, sendo que, deste universo, os primeiros participaram com 73,1% e os últimos com 64,9% das respostas. Os índices de aprovação evidenciam a perspectiva positiva que a comunidade usuária tem sobre a plataforma e seu funcionamento.

No que diz respeito à Coordenação de Assistência Estudantil, uma média de 81,6% dos docentes entrevistados na pesquisa - quatro em cada cinco professores - consideram sua atuação positiva. Entre os alunos, o percentual alcança 69,2%. Juntos esses dois grupos perfizeram uma média de aprovação de 75,4%, contra apenas 3,1% de desaprovação. Há, desta forma, uma visível satisfação da comunidade envolvida quanto à condução dos trabalhos desta coordenação nas diferentes unidades da instituição, sendo este um indicador importante dos direcionamentos desta política de atendimento aos estudantes do IFG.

Por fim, a última pergunta da dimensão 9 do presente eixo concerne à atuação da Coordenação de Apoio Pedagógico ao Discente. Neste item, há entre docentes e discentes uma aprovação média de 73,2%, sendo esta alavancada pelas respostas dos servidores docentes, que entre “Ótimo” e “Bom” representaram 80,4%, seguidas por 65,9% das respostas dos estudantes nesta categoria. O índice de desaprovação foi pouco relevante, concentrando média de 5,1%

das respostas. Novamente, salta aos olhos a expressividade percentual das respostas positivas entre os grupos entrevistados, trazendo uma notável amostragem da perspectiva da comunidade diante dos trabalhos realizados por essas coordenações.

Figura 8 - EIXO 3, DIMENSÃO 9 - POLÍTICA DE ATENDIMENTO AO ESTUDANTE

Dimensão 9: Política de atendimento ao estudante																									
Questão	Ótimo (%)				Bom (%)				Regular (%)				Ruim (%)				Péssimo (%)				Não sei (%)				Aprovação (%)
	Alunos	Docentes	TAEs	Média	Alunos	Docentes	TAEs	Média	Alunos	Docentes	TAEs	Média	Alunos	Docentes	TAEs	Média	Alunos	Docentes	TAEs	Média	Alunos	Docentes	TAEs	Média	
A política de seleção para ingresso aos cursos do IFG é: (apenas discentes e servidores dos câmpus)	29,5	12,1	-	20,8	40,9	31,8	-	36,4	20,2	21,9	-	21,0	4,3	16,4	-	10,3	2,3	14,1	-	8,2	2,9	3,8	-	3,3	57,2
Os benefícios oferecidos pela assistência estudantil é: (apenas discentes e servidores dos câmpus)	27,3	22,4	-	24,8	34,5	44,9	-	39,7	22,2	19,9	-	21,0	5,1	4,6	-	4,8	3,5	1,3	-	2,4	7,5	7,0	-	7,2	64,5
O Sistema de Administração Acadêmica (Q-Acadêmico) é: (apenas discentes e servidores dos câmpus)	30,6	20,5	-	25,6	42,5	44,4	-	43,4	19,1	20,7	-	19,9	3,7	7,4	-	5,6	2,5	5,9	-	4,2	1,6	1,0	-	1,3	69,0
A atuação da Coordenação de Assistência Estudantil é: (apenas discentes e servidores dos câmpus)	30,6	36,7	-	33,7	38,5	44,9	-	41,7	17,1	7,7	-	12,4	3,2	1,0	-	2,1	1,8	0,2	-	1,0	8,7	9,5	-	9,1	75,4
A atuação da Coordenação de Apoio Pedagógico ao Discente: (apenas discentes e servidores dos câmpus)	28,2	36,8	-	32,5	37,8	43,6	-	40,7	17,7	9,7	-	13,7	3,8	2,6	-	3,2	2,4	1,5	-	2,0	10,2	5,7	-	7,9	73,2

5.2. EIXO 4: POLÍTICAS DE GESTÃO

O Eixo Políticas de Gestão é subdividido em duas dimensões: Políticas de Pessoal e Organização e Gestão da Instituição. Conforme a Lei do SINAES a dimensão de Políticas de Pessoal engloba: "as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho" (Art. 3º, V). Sobre a Organização e Gestão da Instituição está colocado: "especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios" (Art. 3º, VI).

Diante disso e da necessidade de concisão na elaboração do questionário, a pesquisa de autoavaliação buscou avaliar a Política de Pessoal a partir da avaliação das Comissões de Supervisão de Carreira, da percepção das Políticas de Capacitação encampadas pela Instituição e da possibilidade de participação dos diversos segmentos nos Colegiados consultivo do IFG.

5.2.1. EIXO 4, DIMENSÃO 5: POLÍTICAS DE PESSOAL

Acerca das políticas de capacitação docente, 51,9% acreditam ser ótimas e boas, ao passo que 16,9% apresentam uma visão negativa. A categoria "regular" representa mais de um quarto das respostas (27,23%), o que demonstra que uma parcela significativa dos docentes não tem uma percepção positiva ou negativa das políticas de capacitação docente. Isto pode indicar uma percepção de que as políticas podem trazer benefícios, mas também apontar áreas que necessitam de melhorias.

Sobre as condições oferecidas pelo IFG para a participação em cursos de pós-graduação, a maioria dos docentes, representando 40,50%, avaliou as condições como boas. Além disso, 19,57% dos docentes classificaram as condições como ótimas. Esses números combinados sugerem uma percepção geral positiva. Uma pequena porcentagem dos docentes (11,67%) tem uma percepção menos positiva. De forma geral, as condições são satisfatórias para os docentes participarem de programas de pós-graduação.

Para os docentes, a percepção positiva (ótimas e boas) representa 55,72% das respostas, enquanto a percepção negativa (ruins e péssimas) soma 12,48%. Isso indica uma avaliação predominantemente positiva da política de gestão de pessoas entre os docentes. Por outro lado, os TAEs têm uma percepção positiva correspondente a 39,18% das respostas, e a negativa representa 26,57%. Sendo assim, apesar de haver uma percepção positiva geral, ela é menos

expressiva entre os TAEs. E, ao efetuar a subtração entre as porcentagens positivas e negativas, a menor divergência está entre as respostas apresentadas pelos TAEs, confirmado a sentença anterior.

A perspectiva dos dois grupos em relação à integração entre gestores e TAEs é promissora e ambos responderam de forma semelhante em relação a terem uma visão mais positiva. Em contrapartida, as respostas negativas foram mais expressivas no grupo dos TAEs, totalizando 23,42%, enquanto no grupo dos docentes a porcentagem foi de 7,44%. Os docentes obtiveram a maior porcentagem de incerteza na resposta, cerca de 22,5%, contra 1,35% dos TAEs. De forma geral, os resultados apresentam que uma parcela considerável dos técnicos administrativos acredita haver falhas na integração entre eles e os gestores e, quase um quarto dos docentes não têm uma opinião formada a respeito dessa integração.

Ao serem perguntados a respeito dos princípios éticos no seu ambiente de trabalho, os dois grupos consideram que existe esse respeito e que porcentagem de otimismo para esse item ficou acima de 70% para ambos os grupos. Em relação os índices negativos, quase 15% dos técnicos concordam que existem alguns problemas que podem afetar o clima organizacional entre os servidores.

Quase 70% dos docentes concordaram que os critérios e conteúdos exigidos nos concursos públicos para admissão de servidores docentes (efetivos, substitutos e temporários) são adequados para avaliá-los. Uma parcela de 16,4% dos respondentes pode não ter encontrado grandes problemas nos critérios, mas também não se mostraram entusiasmados e, menos de 7% afirmaram que os critérios podem apresentar falhas.

Com relação aos métodos de avaliação de desempenho dos servidores docentes, a opinião majoritariamente positiva (57,7%) pode indicar que esses métodos estão funcionando bem para a maioria dos docentes. No entanto, a maioria dos que os classificaram como regulares ou ruins (35,8%) expressou a insatisfação com determinados aspectos dos métodos de avaliação que causam a insatisfação desse grupo.

A avaliação dos critérios de seleção para cargos de chefia e funções gratificadas no IFG, tanto por parte dos professores quanto dos alunos, foi bastante semelhante em termos de aspectos positivos e negativos. Já no grupo dos técnicos, apesar da perspectiva positiva ser de 40,5%, a negativa foi de aproximadamente 27%, indicando que uma parcela considerável desse grupo presume que os critérios não são adequados. Os alunos obtiveram o maior índice de desconhecimento (19%) entre os grupos, corroborando com o fato de que eles têm poucas

oportunidades para participarem de processos eleitorais e, também, pelo fato de muitos cargos serem indicação.

Acerca da relação entre o número de docentes e o número de estudantes, o grupo que avaliou mais positivamente foi o dos estudantes, com o somatório de 56,52% das avaliações consideradas ótimas e boas. Em seguida, o grupo dos docentes com quase 50% e, por último, o grupo dos TAEs com 34,24%. Os três grupos julgaram semelhantemente para a resposta “regular”, cuja porcentagem ficou entre 23 e 28%. Com uma visão mais negativa, 27,47% dos técnicos acreditam que essa relação não é adequada, enquanto 16,82% dos docentes e 11,64% dos alunos têm essa convicção.

Os docentes consideraram que a Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) teve uma atuação formidável, alcançando cerca de 60% do grupo. Entretanto, uma porcentagem relevante de quase 21% do grupo não soube avaliar. Isso pode indicar que uma parcela significativa dos docentes desconhece a finalidade da CPPD. Apenas 4,92% consideraram que a comissão teve uma atuação pouco relevante.

Figura 9 - EIXO 04, DIMENSÃO 5 - POLÍTICAS DE GESTÃO

Dimensão 5: Políticas de pessoal																									
Questão	Ótimo (%)				Bom (%)				Regular (%)				Ruim (%)				Péssimo (%)				Não sei (%)				Aprovação (%)
	Alunos	Docentes	TAEs	Média	Alunos	Docentes	TAEs	Média	Alunos	Docentes	TAEs	Média	Alunos	Docentes	TAEs	Média	Alunos	Docentes	TAEs	Média	Alunos	Docentes	TAEs	Média	
As políticas de capacitação docente no IFG são:	-	14,8	-	14,8	-	37,2	-	37,2	-	27,2	-	27,2	-	12,4	-	12,4	-	4,6	-	4,6	-	3,9	-	3,9	51,9
As condições disponibilizadas pelo IFG para participação em cursos de pós- graduação, para os docentes são:	-	19,6	-	19,6	-	40,5	-	40,5	-	21,9	-	21,9	-	6,3	-	6,3	-	5,4	-	5,4	-	6,4	-	6,4	60,1
A política de gestão de pessoas no IFG é:	-	14,8	4,5	9,6	-	41,0	34,7	37,8	-	25,6	31,1	28,4	-	7,7	13,5	10,6	-	4,8	13,1	8,9	-	6,2	3,2	4,7	47,5
A integração entre os gestores e os TAEs é:	-	13,3	8,6	10,9	-	37,5	38,7	38,1	-	19,2	27,9	23,6	-	4,3	12,6	8,5	-	3,1	10,8	7,0	-	22,5	1,4	11,9	49,0
O respeito aos princípios éticos no seu ambiente de trabalho é:	-	25,7	18,0	21,9	-	48,6	52,3	50,4	-	16,7	14,9	15,8	-	5,1	7,7	6,4	-	2,3	7,2	4,7	-	1,5	0,0	0,7	72,3
Os critérios e conteúdos exigidos nos concursos públicos para admissão de servidores docentes (efetivos, substitutos e temp) são:	-	19,7	-	19,7	-	50,0	-	50,0	-	16,4	-	16,4	-	3,7	-	3,7	-	3,0	-	3,0	-	7,3	-	7,3	69,7

Os métodos de avaliação de desempenho dos servidores docentes são:	-	15,0	-	15,0	-	42,7	-	42,7	-	28,4	-	28,4	-	7,4	-	7,4	-	3,0	-	3,0	-	3,5	-	3,5	57,7
Os critérios de escolha para cargos de chefia e funções gratificadas no IFG são:	20,3	18,1	8,1	15,5	32,0	46,3	32,4	36,9	21,1	17,7	22,5	20,5	4,1	6,2	12,6	7,6	3,4	3,7	14,4	7,2	19,0	8,0	9,9	12,3	52,4
A relação entre o número de servidores docentes e a quantidade de estudantes é:	20,3	10,2	8,6	13,0	36,2	39,1	25,7	33,7	23,1	28,6	23,4	25,0	7,6	10,8	14,0	10,8	4,1	6,1	13,5	7,9	8,8	5,3	14,9	9,6	46,7
A atuação da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) é:	-	16,9	-	16,9	-	43,0	-	43,0	-	14,5	-	14,5	-	2,9	-	2,9	-	2,1	-	2,1	-	20,6	-	20,6	60,0

5.2.2. EIXO 04, DIMENSÃO 6: ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA INSTITUIÇÃO

A eficiência da gestão do seu Câmpus/Reitoria foi classificada como ótima para 25,4% dos docentes e 12,2% para os TAEs e, de forma geral, a visão dos dois grupos foi positiva, com percentuais de 58,1% (técnicos) e 68,5% (docentes). Isto demonstra a satisfação dos respondentes em relação aos gestores de suas respectivas repartições. Os técnicos evidenciaram uma desaprovação de 16,7%, enquanto os docentes atingiram 8,9%, apontando haver uma falha sobre como o Câmpus/Reitoria são administrados.

Docentes e técnicos avaliaram que a garantia da participação democrática nas tomadas de decisões é realizada com empenho nos Câmpus/Reitoria, onde o índice de aprovação dos dois grupos foi de 56,8% para os técnicos e 66,9% para docentes. Os resultados demonstram haver espaço para melhorias na garantia da participação democrática, especialmente entre os TAEs, que têm uma percepção mais negativa. Isso pode indicar que a administração do Câmpus/Reitoria pode focar esforços para melhorar o envolvimento e a participação democrática dos técnicos nas decisões.

Assim como no item anterior, quando perguntados sobre a transparência na gestão de seu Câmpus/Reitoria, o índice de aprovação (61,8%) foi o mesmo para os dois grupos. Os técnicos têm uma visão mais negativa (17,1%) que os docentes (9,4%) quanto à transparência. Isso pode sinalizar que existe uma deficiência no acesso às informações sobre a execução orçamentária e administração pública de forma geral nessas parcelas dos grupos.

A integração entre o trabalho desenvolvido pelo Câmpus/Reitoria foi vista pelos técnicos e docentes de maneira pouco positiva, onde menos da metade dos respondentes (43,5% para docentes e 46,4% para técnicos) perceberam que a integração vem sendo desenvolvida formidavelmente. Cerca de 15% dos respondentes dos dois grupos concordam que essa integração é insatisfatória. Uma grande parte dos docentes (20,0%) afirmou desconhecer o processo de integração.

Uma parcela significativa dos professores e técnicos revelou-se incapaz de responder sobre a atuação do Conselho Superior (CONSUP), órgão máximo do IFG. Aproximadamente 30% dos docentes e 23% dos técnicos não souberam responder. Isso pode indicar que há algumas razões para essa falta de clareza, tais como a falta de dados suficientes sobre as atividades do conselho ou a diferença de percepções sobre o envolvimento com as questões relacionadas ao conselho. De maneira geral, entre aqueles

que se manifestaram, a perspectiva é mais positiva do que negativa.

A atuação do Conselho de Campus (CONCAMPUS) foi vista pelos docentes e técnicos de maneira bastante semelhante à atuação do CONSUP. Dos docentes, 53,3% têm uma percepção mais positiva, enquanto 5,4% estão insatisfeitos com a atuação do conselho. Quase 16% julgaram que a atuação está regular e 25,7% não souberam expressar sua opinião. No grupo dos técnicos, as porcentagens foram semelhantes à dos docentes, onde a maior diferença encontrada foi quanto às respostas ótimo e regular. No geral, esse grupo acredita que a atuação é satisfatória, entretanto, assim como os docentes, uma parcela significativa (22,1%) também não soube exprimir sua opinião.

Nessa dimensão, quando foi perguntado sobre a atuação do Colégio de Dirigentes (CODIR), foi a pergunta que menos teve aprovação pelos respondentes. A análise dos dados revelou que uma parcela expressiva de docentes e de técnicos não souberam responder, o que influenciou diretamente na percepção positiva ou negativa sobre a atuação do CODIR. Para os docentes, tanto a porcentagem dos que não sabem (38,0%) quanto a dos que têm uma visão mais positiva (40,2%) foi praticamente a mesma. No grupo dos técnicos, 26,6% não souberam e 36,9% acreditam que a atuação do CODIR é promissora. Essa falta de conhecimento pode indicar uma desconexão entre a gestão administrativa do IFG e seus demais servidores que não estão cientes das decisões e políticas que estão sendo implementadas pelo Colégio de Dirigentes.

No que diz respeito ao cumprimento do planejamento anual do Câmpus/Reitoria no qual os respondentes atuam, a perspectiva é bastante favorável entre os docentes, com 63,0% de aprovação, e os TAEs com 48,7%. Entre aqueles que responderam “não sei” à pergunta, a proporção foi praticamente idêntica nos dois grupos, totalizando cerca de 15% em cada um. De forma geral, essa percepção positiva sugere que o planejamento anual está alinhado com as necessidades e expectativas dos dois grupos.

Figura 10 - EIXO 04, DIMENSÃO 6: ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA INSTITUIÇÃO

Dimensão 6: Organização e gestão da instituição																									
Questão	Ótimo (%)				Bom (%)				Regular (%)				Ruim (%)				Péssimo (%)				Não sei (%)				Aprovação (%)
	Alunos	Docentes	TAEs	Média	Alunos	Docentes	TAEs	Média	Alunos	Docentes	TAEs	Média	Alunos	Docentes	TAEs	Média	Alunos	Docentes	TAEs	Média	Alunos	Docentes	TAEs	Média	
A eficiência da gestão do seu Câmpus/Reitoria é:	-	25,4	12,2	18,8	-	43,1	45,9	44,5	-	19,8	23,0	21,4	-	5,8	8,1	7,0	-	3,1	8,6	5,8	-	2,7	2,3	2,5	63,3
A garantia da participação democrática nas tomadas de decisões no seu Câmpus/Reitoria é:	-	26,0	13,5	19,7	-	41,0	43,2	42,1	-	18,6	23,4	21,0	-	6,4	6,3	6,4	-	4,7	11,3	8,0	-	3,3	2,3	2,8	61,8
A transparência na gestão de seu Câmpus/Reitoria é:	-	27,7	14,0	20,8	-	39,2	42,8	41,0	-	19,6	23,4	21,5	-	5,5	7,2	6,3	-	3,9	9,9	6,9	-	4,1	2,7	3,4	61,8
A integração entre o trabalho desenvolvido pelo seu Câmpus/Reitoria é:	-	11,7	6,3	9,0	-	31,8	40,1	35,9	-	20,9	32,4	26,7	-	10,2	5,9	8,0	-	5,4	8,1	6,7	-	20,0	7,2	13,6	44,9
A atuação do Conselho Superior (CONSUP) é:	-	11,8	3,2	7,5	-	35,9	39,6	37,8	-	16,7	23,9	20,3	-	3,4	4,5	4,0	-	2,7	6,3	4,5	-	29,4	22,5	26,0	45,3
A atuação do Conselho de Câmpus (CONCÂMPUS) é:	-	15,2	6,8	11,0	-	38,1	37,8	38,0	-	15,6	22,1	18,8	-	3,2	4,5	3,9	-	2,2	6,8	4,5	-	25,7	22,1	23,9	49,0

A atuação do Colégio de Dirigentes (CODIR) é	-	10,6	4,1	7,3	-	29,5	32,9	31,2	-	14,8	20,3	17,5	-	4,1	8,1	6,1	-	3,0	8,1	5,5	-	38,0	26,6	32,3	38,5
O cumprimento do planejamento anual do seu Câmpus/Reitoria é:	-	19,5	8,1	13,8	-	43,6	40,5	42,1	-	15,8	22,5	19,2	-	3,5	6,3	4,9	-	2,6	6,8	4,7	-	15,0	15,8	15,4	55,8

5.2.3. EIXO 04, DIMENSÃO 10 – SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

Em relação ao conhecimento sobre os critérios de distribuição orçamentária do IFG, a média de aprovação foi de 39,3% que sugere uma baixa compreensão acerca dos critérios utilizados. As respostas “regular” e “bom” foram as que apresentaram as maiores médias, seguido pela resposta “não sei” cujo grupo que majoritariamente não sabe é o dos alunos (18,6%). Isso pode indicar falhas na transparência orçamentária e na comunicação institucional com os grupos.

Quando perguntado aos docentes e TAEs se a aplicação dos recursos financeiros está adequada às prioridades/necessidades institucionais do seu Câmpus/Reitoria, os resultados foram muito semelhantes. Aproximadamente, 42% dos grupos classificaram que a aplicação dos recursos está excelente, enquanto cerca de 25% consideraram que está conforme o esperado. Em contrapartida, 13,7% dos docentes e 17,6 dos técnicos afirmaram que a aplicação dos recursos não está sendo bem-sucedida.

Figura 11 - EIXO 04, DIMENSÃO 10 – SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira																									
Questão	Ótimo (%)				Bom (%)				Regular (%)				Ruim (%)				Péssimo (%)				Não sei (%)				Aprovação (%)
	Alunos	Docentes	TAEs	Média	Alunos	Docentes	TAEs	Média	Alunos	Docentes	TAEs	Média	Alunos	Docentes	TAEs	Média	Alunos	Docentes	TAEs	Média	Alunos	Docentes	TAEs	Média	
O seu conhecimento sobre os critérios de distribuição orçamentária do IFG é:	14,1	11,4	9,5	11,7	23,8	27,5	31,5	27,6	23,5	28,9	32,0	28,2	10,9	10,9	10,8	10,9	9,2	7,9	5,0	7,3	18,6	13,4	11,3	14,4	39,3
A aplicação dos recursos financeiros está adequada às prioridades/necessidades institucionais do seu Câmpus/Reitoria de forma:	-	11,6	7,7	9,6	-	29,9	34,2	32,0	-	24,8	25,7	25,3	-	8,7	9,9	9,3	-	5,0	7,7	6,3	-	20,0	14,9	17,4	41,7

5.3. EIXO 5: INFRAESTRUTURA

O PDI aborda como ação a ser priorizada durante sua vigência a ação 9, que consiste na elaboração de uma política sobre uso e a gestão dos equipamentos/espços acadêmicos.

Além disso, anuncia que as estruturas físicas e instalações acadêmicas são objeto de avaliação e redimensionamento conforme a necessidade do Câmpus diagnosticada, dentre outros dispositivos, pela autoavaliação institucional.

Esta pesquisa considerou estudantes de todos os níveis, e não só os de ensino superior, como no caso da autoavaliação da CPA. Alguns elementos trazidos nos permitem oportunas reflexões sobre a realidade de trabalho e estudo do ano de 2022

5.3.1 - EIXO 5, DIMENSÃO 7 - INFRAESTRUTURA FÍSICA-CÂMPUS

Quando questionados sobre a infraestrutura da biblioteca do seu Câmpus, uma média de 75,4% dos entrevistados apresentou uma avaliação positiva, com um valor médio de respostas distribuído quase equitativamente entre os três grupos participantes da pesquisa. O índice de respostas “Ótimo” foi mais elevado entre os alunos, com 35,4%, enquanto o índice de respostas “Bom” teve maior representação dos docentes, com 49,3%. A média de desaprovação da infraestrutura foi pouco expressiva, somando apenas 5,5%.

Em se tratando dos serviços da biblioteca do Câmpus, a distribuição das porcentagens de respostas “Ótimo” e “Bom” seguiu o mesmo padrão da questão anterior, com valores equilibrados entre docentes, alunos e TAEs. A média de aprovação neste item alcançou 79,9%, demonstrando, desta forma, que praticamente 4 em cada 5 pessoas entrevistadas nos três grupos têm uma avaliação positiva sobre esta questão. Consideraram o serviço “Regular” 9,6% dos participantes da pesquisa, e apenas 3,1% demonstraram-se insatisfeitos.

No que diz respeito aos serviços oferecidos pelo refeitório do Câmpus, a média de aprovação foi de 37,1%, o que significa que pouco mais de um terço dos participantes tiveram uma avaliação global positiva. Entretanto, isso não significa, necessariamente, que os grupos apresentaram uma insatisfação proporcional, já que ao avaliarmos o índice médio de respostas “Ruim” ou “Péssimo” os valores chegam à soma de 22,4%; praticamente um a cada cinco entrevistados. Tendo isso em vista, salta aos olhos que uma

parcela considerável das respostas se concentra no “Não sei”, com média de 28,1%, o que, por conjectura, talvez possa se dar pela ausência desta infraestrutura em algumas unidades da instituição.

Na pergunta sobre as áreas de convivência da comunidade acadêmica do seu Câmpus/Reitoria a média de aprovação foi de 51,8%. Deste total, destaca a quantidade de alunos que avaliaram com “Ótimo”, 25,7%, ou um em cada quatro. Embora a maior parte dos entrevistados tenha respondido ao questionamento com “Bom” - média de 33%, uma parcela semelhante considerou “Regular”, com média de 29,8%. A desaprovação somou 16,8% das respostas. Desta forma, percebe-se que a avaliação da comunidade usuária das áreas de convivência tende, no geral, a ser positiva.

Em relação à limpeza do seu Câmpus/Reitoria, a média de aprovação é de 80,1%, ou seja, uma avaliação positiva de quatro em cada cinco entrevistados. Neste item vale ressaltar a quantidade expressiva de respostas “Ótimo”, sendo de 42,4% entre os alunos, de 38,1% entre os docentes e de 36,5% entre os TAEs - média de 39% do total. Esses valores são pareados com o número de respostas “Bom”, com média de 41,1%. Tal nível de aprovação demonstra uma excelente percepção da comunidade interna nesta matéria.

Quando perguntados sobre a manutenção e a conservação do seu Câmpus/Reitoria, a maior parte das respostas dos entrevistados se concentrou na coluna “Bom”, com média de 41,2%. Quando somada a média de “Ótimo”, de 21%, tem-se um índice de aprovação de 62,2%, contra 12,1% de desaprovação. Vale ressaltar que um quarto dos participantes da pesquisa, exatos 25%, consideraram este serviço “Regular”, de modo que, a partir desses dados, podemos perceber que a percepção geral da comunidade tende ao positivo.

Na questão sobre acessibilidade às dependências do seu Câmpus/Reitoria para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzidas, a aprovação foi de 60,9%. Neste item, a maior parte das respostas também se concentrou na coluna “Bom”, com média de 42,7% das respostas, distribuídas de maneira equilibrada entre os três grupos participantes da pesquisa. A perspectiva positiva excede a média dos que consideram este tópico da infraestrutura “Regular”, com índice de 23,6%, ou que apresentam alguma desaprovação, com 11,1%.

Quanto ao acesso à internet disponibilizado no seu Câmpus/Reitoria, a média de aprovação foi de 53,5%. Deste índice, o grupo com maior participação de respostas “Ótimo” ou “Bom” foi o dos TAEs, com 65,8%, seguidos pelos alunos, com 48,8% e pelos docentes, com 45,9%. Chama a atenção o percentual considerável de respostas na

coluna “Regular”, alcançando um a cada quatro entrevistados (25%), e, de igual forma, salta aos olhos o índice de desaprovação nesta temática, de 20,5%, ou um em cada cinco participantes da pesquisa. Assim, tem-se que a percepção geral da comunidade interna em relação ao acesso à internet nas unidades é dividida, basicamente, por uma metade que considera satisfatória e outra metade que apresenta algum nível de insatisfação.

A pergunta sobre a qualidade física e acústica dos auditórios do seu Câmpus foi feita somente aos alunos e aos docentes, sendo a média de aprovação de 59,6%. Novamente, a maior parte das respostas dadas por esses dois grupos foi “Bom”, com 40,4%, seguido por “Regular”, com média de 20,3%. A soma percentual de desaprovação foi de 14,1%. A este respeito, basicamente dois a cada três entrevistados apresentou uma perspectiva positiva, enquanto o outro terço manifestou algum nível de insatisfação.

A última questão da dimensão 7 do presente eixo foi a respeito do serviço de reprografia do seu Câmpus, cuja média de aprovação foi de 53,9% entre alunos e docentes, grupos entrevistados neste item. Convém ressaltar que nesta matéria o percentual médio de respostas na coluna “Não sei” foi de 13,6%, bem próximo ao referente à coluna “Regular”, com 16,3% e àquele referente à desaprovação, com soma de 16,2%. Destaca-se, ainda, que a tendência geral de aprovação é alavancada pela representação docente nas respostas deste tópico, somando 70,7%, diante de 37,1% de aprovação dos alunos.

Figura 12 - EIXO 5, DIMENSÃO 7 - INFRAESTRUTURA FÍSICA-CÂMPUS

Dimensão 7: Infraestrutura Física-Câmpus																											
Questão	Ótimo (%)				Bom (%)				Regular (%)				Ruim (%)				Péssimo (%)				Não sei (%)				Aprovação (%)		
	Alunos	Docentes	TAEs	Média	Alunos	Docentes	TAEs	Média	Alunos	Docentes	TAEs	Média	Alunos	Docentes	TAEs	Média	Alunos	Docentes	TAEs	Média	Alunos	Docentes	TAEs	Média		Alunos	Docentes
A infraestrutura da biblioteca do seu Câmpus é: (apenas servidores dos Câmpus)	35,4	22,1	32,4	30,0	40,6	49,3	46,5	45,5	16,5	18,5	10,8	15,3	2,9	4,6	3,2	3,6	1,8	2,7	1,1	1,9	2,7	2,7	5,9	3,8	75,4		
Os serviços (empréstimo, renovação, acesso a portais, entre outros) da biblioteca do seu Câmpus é: (apenas servidores dos Câmpus)	37,3	31,6	38,9	35,9	41,1	47,7	43,2	44,0	13,4	8,8	6,5	9,6	2,5	1,9	2,2	2,2	1,3	1,0	0,5	0,9	4,5	8,9	8,6	7,4	79,9		
Os serviços oferecidos pelo refeitório do seu Câmpus é: (apenas servidores do Câmpus)	15,4	11,8	13,3	13,5	22,7	20,9	27,1	23,6	17,8	8,9	10,5	12,4	9,3	4,1	3,9	5,8	16,5	20,6	12,7	16,6	18,2	33,6	32,6	28,1	37,1		
As áreas de convivência da comunidade acadêmica (servidores, alunos e comunidade) do seu Câmpus/Reitoria é:	25,7	12,1	18,5	18,8	38,1	30,0	31,1	33,0	23,5	29,5	36,5	29,8	5,7	16,8	8,6	10,3	3,6	10,3	5,4	6,4	3,5	1,3	0,0	1,6	51,8		
A limpeza do seu Câmpus/Reitoria é:	42,4	38,1	36,5	39,0	37,3	45,1	41,0	41,1	14,0	11,9	16,2	14,1	3,4	2,5	3,2	3,0	1,6	2,1	3,2	2,3	1,3	0,3	0,0	0,6	80,1		

A manutenção e a conservação do seu Câmpus/Reitoria são:	27,3	17,7	18,0	21,0	38,7	45,7	39,2	41,2	23,6	24,3	27,0	25,0	5,5	7,7	10,8	8,0	3,1	4,1	5,0	4,1	1,8	0,6	0,0	0,8	62,2
A acessibilidade às dependências do seu Câmpus/Reitoria para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida é:	24,0	16,4	14,4	18,2	39,0	45,4	43,7	42,7	21,7	23,1	26,1	23,6	5,9	7,8	8,1	7,3	3,1	3,4	5,0	3,8	6,4	3,9	2,7	4,3	60,9
O acesso à internet disponibilizado no seu Câmpus/reitoria é:	19,4	8,5	24,3	17,4	29,4	37,4	41,4	36,1	28,7	29,1	17,1	25,0	12,4	15,1	14,0	13,8	7,9	9,0	3,2	6,7	2,2	0,9	0,0	1,0	53,5
A qualidade física e acústica dos auditórios do seu Câmpus é:	24,8	13,7	-	19,3	39,9	40,8	-	40,4	20,6	19,9	-	20,3	5,8	10,2	-	8,0	2,4	9,7	-	6,0	6,5	5,6	-	6,1	59,6
O serviço de reprografia (fotocópia, encadernação, impressão etc) do seu Câmpus é:	15,3	30,4	-	22,9	21,8	40,3	-	31,0	17,5	15,2	-	16,3	8,5	4,2	-	6,3	14,2	5,4	-	9,8	22,7	4,5	-	13,6	53,9

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A CPA é uma ação fundamental apoiada na convicção de que os processos de autoavaliação no IFG podem subsidiar planejamentos eficazes tanto no âmbito da gestão administrativa, quanto no campo da gestão acadêmica. O conhecimento da existência dos enfrentamentos e dos desafios constantes nos processos institucionais que norteiam cada tomada de decisão é um passo importante para que a CPA seja capaz de reorganizar suas estratégias e, ainda, consiga delinear um processo avaliativo mais eficaz; consistindo em um trabalho que retrate com maior fidedignidade a necessidade de obtenção e triangulação de dados confiáveis e que representem as percepções da comunidade sobre o trabalho da Instituição. Considerando as informações de cada eixo e dimensão de avaliação do Sinaes aqui analisadas, apresentamos reflexões e proposições de melhorias:

Eixo 3 - Dimensão 2

- Para melhorar o indicador sobre a atuação do CONEPEX é recomendável o uso de ferramentas de comunicação e integração desse conselho com os demais servidores e alunos, uma vez que uma parcela significativa dos respondentes revelou desconhecer suas competências.
- Sobre a promoção de permanência e êxito, há uma necessidade de rever como essas políticas estão sendo conduzidas e como estão sendo difundidas entre os servidores e discentes.
- Investir em estratégias de comunicação mais eficazes para divulgar as atividades de pesquisa realizadas na instituição, bem como enfatizar a importância da divulgação para o reconhecimento e impacto das pesquisas desenvolvidas no IFG. Promover a integração entre grupos da comunidade acadêmica para compartilhar experiências e oportunidades de pesquisa.
- Promover uma cultura de pesquisa nos Câmpus/Reitoria, incentivando a curiosidade intelectual, a inovação e a colaboração interdisciplinar entre os diferentes grupos da comunidade acadêmica.
- Criar equipes de trabalho compostas por professores, técnicos e estudantes para revisar e atualizar as políticas de extensão, assegurando uma abordagem colaborativa que considere as visões de todos os envolvidos e da comunidade em geral.

- Fortalecer as parcerias e colaborações externas para ampliar o alcance e o impacto das atividades de extensão, aproveitando recursos adicionais e promovendo uma colaboração mais eficaz com outras instituições e organizações.

Eixo 3 - Dimensão 4

- Para melhorar o indicador sobre os mecanismos de divulgação e a imagem do IFG veiculada pela mídia externa, é recomendável a elaboração de programas de promoção da participação dos servidores docentes e TAES na veiculação dos projetos e ações desenvolvidos no âmbito do IFG para a mídia local, visto que esses dois grupos demonstraram menor aprovação em comparação ao grupo dos alunos no tocante a esta matéria.
- Sobre a efetividade do serviço de Ouvidoria e do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), verifica-se a necessidade de se investir em estratégias de comunicação e publicização mais eficazes para a divulgação destes canais perante a comunidade interna, enfatizando-se a abertura institucional para a recepção de críticas e sugestões necessárias à melhoria dos serviços institucionais e explicitando como se dá o funcionamento das ferramentas de acesso à informação. Tais ações iriam ao encontro de sanar o desconhecimento dos canais por parcela significativa da comunidade acadêmica, conforme sugerem as respostas dos itens.

Eixo 3 - Dimensão 9

- É relevante que a política de seleção para ingresso aos cursos do IFG seja constantemente acompanhada, debatida e (re)avaliada pela comunidade interna visando sempre à democratização do acesso dos estudantes por meio da ampliação de suas formas conforme previsão nos documentos institucionais norteadores. Para tanto recomenda-se a necessidade de fomento de espaços próprios para esse diálogo, de modo a alimentar decisões orientadas à diminuição das desigualdades quando do acesso à instituição.

Eixo 4 - Dimensão 5

- Incentivar a importância dos princípios éticos no ambiente de trabalho por meio de campanhas de conscientização e treinamento, além de criar canais eficientes para relatar e resolver questões éticas.

- Para melhorar a integração entre gestores e TAEs, pode-se promover fóruns regulares de diálogo para ter-se um melhor entendimento mútuo das responsabilidades e desafios, fortalecendo os laços de colaboração e facilitando uma comunicação mais eficaz entre as partes.
- Promover a divulgação e conscientização sobre o papel da CPPD, incentivando a participação ativa dos docentes, uma vez que 21% deles desconhecem a sua atuação, e garantindo que suas necessidades sejam representadas e atendidas.

Eixo 4 - Dimensão 6

- Com base nos resultados apresentados a respeito da organização e gestão do IFG, percebe-se haver falta de clareza sobre o papel do CONSUP, CONCAMBUS e CODIR entre os respondentes. Por isso, é fundamental fornecer informações mais claras e acessíveis sobre as atividades e funções desses conselhos. Isso pode incluir a realização de sessões informativas regulares, a elaboração de materiais de orientação para a compreensão das funções exercidas pelos conselhos e a promoção de uma maior participação dos servidores nas atividades dos conselhos.
- O fortalecimento da integração entre os setores do IFG é outro ponto que precisa de atenção, uma vez que os índices positivos foram baixos. Para mitigar essa situação, pode-se incluir a realização de eventos de integração, a criação de grupos de trabalho interdisciplinares e o estabelecimento de canais de comunicação eficazes.

Eixo 4 - dimensão 10

A média de aprovação de apenas 39,3% em relação ao conhecimento sobre os critérios de distribuição orçamentária sugere uma falta de compreensão significativa dos docentes, técnicos e alunos. Isso pode indicar uma necessidade de maior transparência e comunicação institucional sobre como os recursos financeiros são alocados e utilizados. Melhorar a comunicação sobre as questões orçamentárias, principalmente entre os alunos, grupo que menos conhece os critérios de distribuição orçamentária

Eixo 5 - Dimensão 7

- O indicador sobre os serviços oferecidos pelo refeitório dos Câmpus revelou a necessidade de aprimoramento no atendimento ofertado pelos restaurantes entre os três grupos que responderam ao questionário. Destarte, importam ações orientadoras por meio do diálogo constante entre gestão/empresa e a melhoria dos requisitos presentes nos contratos firmados com as últimas quanto à execução dos serviços prestados à comunidade. Ademais, o elevado desconhecimento da comunidade interna respondente quanto à qualidade desses serviços revela a premência de investimento de infraestrutura para que todos os Câmpus possam contar com um restaurante estudantil. Investimentos desta qualidade também podem ser direcionados para aprimoramento das áreas de convivência dos Câmpus visando melhoria dos índices deste tópico.

Os desafios são muitos, a organização institucional do IFG é complexa e desafiadora. O conhecimento dessa estrutura organizacional por toda a comunidade acadêmica é importante para que a CPA consiga reorganizar suas estratégias e delinear um processo avaliativo cada vez mais eficaz. Um processo que retrate com mais fidelidade nossas potencialidades e fragilidades, e que as fragilidades possam ser sanadas.

Espera-se que este relatório possa impulsionar novas ideias, diretrizes, ações e políticas para que o IFG aprimore cada vez mais o seu processo de avaliação interna e para que a CPA se consolide como uma instância de fundamental importância para a melhoria da qualidade da educação ofertada na instituição.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. Diretoria de Avaliação da Educação Superior. **Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 065, de 9 de outubro de 2014.** Brasília, DF: MEC, 2014. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/cpa/documentos/nota-tecnica-no-65-conaes-daesinep.pdf/view>. Acesso em: 22 mar. 2021.

BRASIL. **Decreto 5.773 de 9 de maio de 2006.** Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 10 maio 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5773.htm. Acesso em: 22 mar. 2022.

BRASIL. **LEI Nº 11.892, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm. Acesso em: 20 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm. Acesso em: 10 abr. 2022.

Brasil. **Portaria Normativa MEC nº 40/2007.** Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições. Brasília: Ministério da Educação; 2007. Disponível em: <

https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/legislacao/2007/portaria_40_12122007.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2022.

IFG. PORTARIA 1229/2021 - REITORIA/IFG, DE 2 DE AGOSTO DE 2021.

Atualiza a composição da Comissão Própria de Avaliação – CPA do IFG, designada pela Portaria 79/2021 - REITORIA/IFG, de 13 de janeiro de 2021, acrescentando-se os membros indicados por entidades da Sociedade Civil. Goiânia, 2021. Disponível em: <https://www.ifg.edu.br/attachments/article/120/PORTARIA%201229_2021_REITORIAIFG_DE_2_DE_AGOSTO_DE_2021.pdf>. Acesso em: 03 mai. 2023.

IFG. PORTARIA Nº 0697 - REITORIA/IFG, DE 24 DE MARÇO DE 2023.

Atualiza a composição da Comissão Própria de Avaliação (CPA) do IFG, designada pela Portaria 1229/2021 - REITORIA/IFG, de 2 de agosto de 2021. Goiânia, 2023. Disponível em: <<https://sippag.ifg.edu.br/portarias/visualizar/?ano=2023&numero=697&hash=c6abde2b3f24ded57ab73d21ea442687>>. Acesso em: 30 mar. 2023.

IFG. PORTARIA Nº 3062 - REITORIA/IFG, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2023.

Atualizar a composição da Comissão Própria de Avaliação (CPA) do IFG, que teve sua última atualização dada pela Portaria nº 697 - REITORIA/IFG, de 24 de março de 2023. Goiânia, 2023. Disponível em: <[https://www.ifg.edu.br/attachments/article/238/Portarias_SIPPAG_IFG_Novembro_2023%20\(1\).pdf](https://www.ifg.edu.br/attachments/article/238/Portarias_SIPPAG_IFG_Novembro_2023%20(1).pdf)>. Acesso em: 10 dez. 2023.

IFG. Resolução nº 38, de 25 de novembro de 2019.

Aprova o novo Regulamento da Comissão Própria de Avaliação – CPA. Goiânia, 2019. Disponível em: <<https://www.ifg.edu.br/attachments/article/209/Resolu%C3%A7%C3%A3o%2038%202019.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2022.

Documento Digitalizado Público

Relatório CPA 2022

Assunto: Relatório CPA 2022
Assinado por: Alessandro Costa
Tipo do Documento: Relatório
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

- Alessandro da Costa, PROCURADOR(A) - FG1 - REI-PEI, em 27/09/2024 12:22:42.

Este documento foi armazenado no SUAP em 27/09/2024. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifg.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 616197

Código de Autenticação: 45ab53b6f9

